



**UniCEUB – Centro Universitário de Brasília Faculdade
de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS**

Natália Barbosa Gonçalves

Neo-Bolivarianismo e Poder: A política externa de Hugo Chávez (1998-2007) à luz do Realismo nas Relações Internacionais

**Brasília
2008**

Gonçalves, Natália Barbosa.

Neo-Bolivarianismo e Poder : A política externa de Hugo Chávez (1998-2007) à luz do Realismo nas Relações Internacionais/ Natália Barbosa Gonçalves. – Brasília [S.n.], 2008.

p.

Trabalho de conclusão de Curso UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Curso de Relações Internacionais.

1. Teoria das Relações Internacionais. 2. Política Externa. I. Título.



UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

Natália Barbosa Gonçalves

Neo-Bolivarianismo e Poder: A política externa de Hugo Chávez (1998-2007) à luz do Realismo nas Relações Internacionais

Trabalho de conclusão do curso apresentado à banca examinadora do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, exigência parcial à obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais sob a orientação do Professor Doutor Joannisval Brito Gonçalves.

Brasília
2008

Natália Barbosa Gonçalves

A Venezuela no contexto geopolítico da América do Sul: Uma análise da política externa de Hugo Chávez no âmbito das relações internacionais

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais.

Aprovado pelos membros da banca examinadora em 25/11/2008, por banca composta pelos seguintes professores:

Professor Joanisval Brito Gonçalves
Presidente

Professor Frederico Seixas Dias

Professor Wellington Pereira Carneiro

AGRADECIMENTO

A Deus, meu pais, minhas irmãs, familiares e amigos que tanto me apoiaram.

Ao homem da minha vida, meu porto seguro e minha força.

Ao Secretário Eduardo Teixeira e aos demais diplomatas e funcionários da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (DPB), do Ministério das Relações Exteriores, cuja inspiração e apoio foram fundamentais para estruturar a presente pesquisa.

Ao prof. Joanisval Gonçalves, cuja orientação foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estudar a relação entre as mudanças ocorridas no panorama geopolítico global e seus efeitos na **América do Sul**, sobretudo na **Venezuela**. Vislumbra, ademais, estudar como o atual governo venezuelano contribuiu para esse processo, bem como seu impacto na estrutura política regional. Este estudo encontra-se dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz uma apresentação da **corrente realista nas Relações Internacionais**, utilizada como suporte para a compreensão de algumas medidas implementadas pela **política externa venezuelana**. O segundo capítulo traz o arcabouço histórico e político da Venezuela, desde o seu descobrimento até a eleição de **Hugo Chávez**, em 1998. Também abordado o histórico das relações diplomáticas da Venezuela e a sua dificuldade em mantê-las. O terceiro capítulo discorre sobre o período em que Chávez assumiu a presidência da Venezuela em 1998, sobre as fases de seu governo e o relacionamento com seus vizinhos continentais, como Colômbia, Equador e Bolívia, sendo reservada especial atenção acerca da relação conturbada mantida com os **Estados Unidos da América**. O último capítulo traz as aplicações oferecidas pela teoria Realista das Relações Internacionais às decisões da política exterior venezuelana, podendo encontrar algumas explicações satisfatórias, bem como a influência exercida pela figura de Hugo Chávez é expressiva em algumas situações. Alguns exemplos dessas medidas tomadas pelo mandatário venezuelano são amplamente divulgadas pela mídia, sendo algumas delas consideradas no presente estudo para materializar as situações descritas nele. Também aborda, contudo, como os discursos usados por Hugo Chávez, carregados de um forte viés ideológico, e como a “**Revolução Bolivariana**”, proposta por ele, funciona e como ela é aplicada.

Palavras-chaves: América do Sul. Venezuela. Corrente realista das Relações Internacionais. Política externa venezuelana. Hugo Chávez. Estados Unidos da América. Revolução Bolivariana.

ABSTRACT

The objective of this work is study the relation between changes occurred in global geopolitics panorama and its effects in **South America**, especially on **Venezuela**. It has the purpose of, moreover, studying how the current Venezuelan Government contributed toward this process, as well as its impact in regional political structure. This study is formulated on the following way: the first chapter shows a presentation of the **realist chain of the International Relations**, used like support for the understanding some of measures implemented by **venezuelan external politics**. The second chapter brings venezuelan historical and political framework since its finding until **Hugo Chávez**'s election, in 1998. Also it will be considered the history of Venezuela diplomatics relationship and its difficulties in keeping them. The third chapter talks about the period that Hugo Chávez assumed the power, in 1998, his government stages and his relationship with his continental neighbors, like Colombia, Ecuador and Bolivia, being reserved special space for talking about Chávez's hard difficult relationship with **United States of America**'s government. The last chapter brings offered diligences for Realist Theory of International Relations to the venezuelan external politics decisions, finding some satisfactories explications, as well as the influence exercised for Hugo Chávez image is expressive in some situations. Some of examples about measures taken by venezuelan mandatory are widely disseminated on media, being some of them are considered on current study for concreting the situations described in that. Also talks about, however, how the speeches used by Hugo Chávez carrie a lot of ideological points and how the **Bolivarian Revolution** purposed by him works and how it will be applied.

Key-Words: South America. Venezuela. Realist chain of the International Relations. Venezuelan external politics. Hugo Chávez. United States of America. Bolivarian Revolution.

SUMÁRIO

Natália Barbosa Gonçalves.....	6
Natália Barbosa Gonçalves.....	6
.....	6
Resumo.....	6
Abstract.....	6
Sumário.....	6
Introdução.....	7
Capítulo 1 – Aspectos Teóricos: O Realismo nas Relações Internacionais.....	9
1.1 Uma breve introdução à teoria Realista das Relações Internacionais.....	9
1.2 Os seis princípios da teoria Realista das Relações Internacionais.....	10
1.3 Alguns conceitos importantes defendidos pelo Realismo que podem ser aplicados para a plena compreensão das relações internacionais.....	13
1.3.1 O Estado.....	13
1.3.2 A Luta pelo poder.....	14
1.3.3 Anarquia Internacional.....	17
1.3.3.1 Sobrevivência.....	19
1.3.3.2 Auto-ajuda.....	20
1.3.4 O Elemento Ideológico na Política Internacional.....	21
1.3.5 Equilíbrio de Poder.....	24
1.3.6 A Moral das relações internacionais.....	25
1.3.7 Opinião Pública Mundial.....	26
1.3.8 Segurança Internacional.....	27
Capítulo 2 – A Venezuela.....	30
2.1 Sobre a Venezuela.....	30
2.2 Um breve panorama histórico.....	32
2.3 A ‘Era Chávez’.....	36
2.4 Períodos turbulentos e transição para a ‘Era Chávez’.....	36
2.4.1 Início do Governo Chávez.....	37
2.4.2 As fases do Governo Chávez.....	41
2.4.3 O Bolivarianismo na política venezuelana.....	43
2.5 As relações diplomáticas e tentativas de cooperação conturbadas entre a Venezuela e seus vizinhos sul-americanos.....	46
2.6 A atual política externa da República Bolivariana da Venezuela.....	47
2.7 O Relacionamento entre a Venezuela e seus vizinhos.....	53
2.8 Estados Unidos: de uma relação próxima a conturbada.....	55
Capítulo 3 – Venezuela, Realismo e Política Externa.....	57
3.1 Realismo e o Governo Chávez.....	58
3.2. O impacto dos discursos ‘bolivarianos’ de Hugo Chávez.....	67
3.3 As atuais ações controversas da política externa venezuelana.....	70
Conclusão.....	77
Bibliografia.....	80

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo estudar, com fulcro na teoria Realista das Relações Internacionais, as decisões no âmbito da política externa do Presidente Hugo Chávez no cenário político internacional atual.

A metodologia adotada para a obtenção dos resultados foi análise comparativa por meio da coleta, estudo e interpretação de artigos científicos de diversos autores que abordam o comportamento do atual Presidente venezuelano, bem como a carga ideológica que o acompanha.

O arcabouço teórico utilizado para a fundamentação deste trabalho foi a teoria Realista das Relações Internacionais, por meio da contribuição de autores como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, com a complementação necessária oferecida a alguns temas desenvolvidos pelo primeiro, dentre outros, dos quais forneceram estrutura conceitual e empírica como ferramenta para compreender a política exterior vigente na Venezuela. Podendo ser observado que algumas teses defendidas pela teoria em apreço podem ser contextualizadas com a atual Venezuela.

A história não pode ser ignorada. A Venezuela, assim como a maioria dos países do continente americano, vivenciou grandes transformações em suas estruturas desde a sua descoberta pelos espanhóis até os dias atuais. Durante esse processo, o país passou por diferentes situações nas quais contribuíram para o comportamento atual da política venezuelana.

Entretanto, o foco deste ensaio é o Presidente Hugo Chávez, que, ao assumir o poder em 1998, convidou a comunidade internacional e reverem seus métodos de governança e de gerência da economia internacional. A partir dessa explanação, pode-se então fazer uma análise das mudanças advindas de seu comportamento, como a sua proposta de integração do continente americano e como a “Revolução Bolivariana” afeta o mundo atual.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo fará uma apresentação da teoria Realista das Relações Internacionais, bem como seus princípios e temas relevantes. O segundo capítulo apresentará os aspectos históricos, localização geográfica, participação da Venezuela na economia mundial (destaque para a indústria petrolífera) e a sua relação com os vizinhos sul-americanos, sendo que atenção especial será dada à relação entre Venezuela e Estados Unidos da América, com recurso a notícias veiculadas na mídia, bem como a contribuição de estudiosos.

Ademais, a figura do Presidente Chaves será enfatizada, sendo abordadas a história da sua ascensão ao poder, suas primeiras medidas e propostas significativas. Tópico foi reservado aos comentários sobre a nova Constituição da Venezuela, que, dentre outras mudanças, trocou o nome oficial do país para ‘República Bolivariana da Venezuela’, com forte aclamação aos preceitos integracionistas do herói nacional Simón Bolívar, constantemente lembrado em seus discursos.

No último capítulo, serão explanadas as possíveis razões para se considerar a figura de Chaves tão controversa e impactante para o cenário internacional, com base no seu comportamento e estilo de conduzir sua política interna e o tratamento diferenciado aos demais países, parceiros ou não.

A bibliografia pesquisada para a formulação do primeiro capítulo, que trata da apresentação da teoria Realista das Relações Internacionais, assim como seus temas relevantes para a compreensão do funcionamento da relação entre os Estados dentro do cenário político internacional, consiste na contribuição ofertada pelos principais autores dessa corrente, como Hans Morgenthau e apoio de Kenneth Waltz. Todavia, alguns apontamentos de autores contemporâneos, que também buscam uma explicação para as relações internacionais entre os Estados, foram considerados.

Quanto aos demais capítulos, partindo da abordagem histórica da Venezuela, encontrou-se dificuldade na busca por publicações impressas sobre o tema tratado no presente trabalho, portanto, a maioria das fontes utilizadas nos demais capítulos foi obtida por meio da internet. Alguns dados técnicos e econômicos apontados durante o desenvolvimento deste foram obtidos por meio de consulta à sites oficiais, tanto do Governo brasileiro quanto o do Governo bolivariano da Venezuela.

Outro fato relevante que deve ser considerado é que, algumas das fontes presentes nas notas de rodapé encontram-se incompletas, pois, devido à falta de informações sobre a origem de algumas das citações constantes no artigo científico originário (no caso, ausência de lista de referências ao final do artigo), algumas notas ficaram desprovidas de dados completos. Ademais, as informações apontadas pela fonte original fazem-se suficientes para a compreensão do argumento apresentado.

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS TEÓRICOS: O REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar aspectos que fundamentam a teoria Realista das Relações Internacionais. Com a finalidade de dar o suporte adequado aos argumentos que serão expostos nos capítulos seguintes, os temas que serão discutidos aqui dizem respeito a assuntos relevantes que concernem ao processo decisório da política externa venezuelana atual, bem como explicar de que maneira o presidente Hugo Chávez interpreta-os e aplica-os nas suas decisões de política externa, que serão melhor discutidos nos capítulos seguintes.

O arcabouço teórico tem por base a obra de Hans Morgenthau, que abrange as principais preocupações do Realismo, como o equilíbrio de poder, a segurança internacional, a moral, o poder político, dentre outros. As contribuições de outros autores que discutem o tema, como Kenneth N. Waltz, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, dentre outros, serão também consideradas.

1.1 Uma breve introdução à teoria Realista das Relações Internacionais

Antes de iniciar a discussão sobre os temas relevantes para o Realismo das Relações Internacionais, é preciso, primeiramente, apresentar esta teoria abordando seus principais conceitos, bem como o seu principal objetivo de entender as relações entre Estados.

Martin Griffiths apresenta o Realismo na sua obra *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais* (2004). Griffiths começa a sua discussão sobre o Realismo afirmando que “as relações entre os Estados ocorrem sem a existência de um ‘governo mundial’ e, para os realistas, isso significa que o sistema internacional é essencialmente ‘anárquico’”. Ou seja, “de forma mais ampla, as relações internacionais são compreendidas tomando-se por base a distribuição de poder entre os Estados.”¹

E esta disparidade na distribuição de poder entre os Estados, para Griffiths, mesmo sendo de igualdade legal e formal, indicaria que o campo das relações internacionais pressupõe uma ‘política de poder’ e que sua distribuição muda de acordo com o contexto

¹ GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**/ Martin Griffiths: tradução Vânia de Castro - São Paulo: Editora Contexto, 2004, p.11. Título original: *Fifty key thinkers in international relations*.

político presente, não havendo um consenso sobre qual é a melhor maneira para distribuí-lo. Sendo assim, as relações internacionais, continua o autor, é um tema “inevitável e permanente”, cabendo aos Estados buscar o poder necessário a fim de garantir sua sobrevivência dentro deste ambiente competitivo. E que, ao imaginar mudanças para o sistema internacional, os realistas logo o relacionam ao equilíbrio de poder entre eles, provocando uma tendência ao desprezo da possibilidade de uma mudança significativa na dinâmica do próprio sistema.

A seguir, serão apresentados os principais temas defendidos pela teoria Realista das Relações internacionais. É importante salientar que, a teoria Realista das Relações Internacionais, assim como as demais que surgirão com o decorrer do tempo, apresenta algumas lacunas conceituais das quais não conseguem explicar com plenitude alguns dos fenômenos ocorridos nas relações entre os Estados. Sendo assim, embora Hans Morgenthau apresente mais descritivamente os conceitos e princípios teóricos e empíricos a Teoria Realista das Relações Internacionais, alguns temas abordados por ele não vislumbram plenamente de significação precisa, cabendo aos demais teóricos fornecerem os complementos que far-se-ão necessários.

1.2 Os seis princípios da teoria Realista das Relações Internacionais

Para uma compreensão efetiva acerca da teoria Realista das Relações Internacionais, é necessário entender quais são os seus principais tópicos defendidos. Kenneth Waltz apresenta algumas condições nas quais as relações internacionais (neste caso, entenda-se relação entre os Estados) são formadas. Ele desenvolve uma abordagem para explicar como essas interações acontecem por meio da análise da relação entre ‘agente-estrutura’², que, através delas, visualiza-se que nas relações internacionais é possível encontrar relações de cooperação entre os atores, ou seja, os “sistemas internacionais são descentralizados e anárquicos.”³ Hans Morgenthau, todavia, também discute os princípios do Realismo, que serão o fundamento do que ele chama de “Realismo Político”. Segundo Morgenthau, No

² WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, caps 5 e 6. Título original: *Theory of International Relations*. A relação ‘agente-estrutura’ trabalhada pelo autor discorre acerca das instituições estatais e políticas. O Realismo abordado por Waltz ficou conhecido como ‘Realismo Estrutural’, pois explora mais a fundo os sistemas existentes nos Estados e suas instituições (vale lembrar que Waltz já considera que o Estado, ao contrário dos realistas clássicos como Morgenthau, não é o único ator das relações internacionais, porém é o mais importante).

³ WALTZ, Kenneth N.. *op.cit.*, p.125.

primeiro princípio, a política, assim como a sociedade em geral, é regida por leis objetivas que tem suas origens na natureza humana, pois devido à crença na objetividade das leis da política deve-se conceber que é possível desenvolver uma teoria racional que resulte dessas leis objetivas, ou seja, para-se na capacidade de distinguir entre ‘verdade e opinião’. Isto é, “a teoria consiste em verificar os fatos e dar a eles um sentido, mediante o uso da razão.”⁴

O segundo princípio trata do conceito de ‘interesse’ em termos de poder. Este conceito descreve a política como uma esfera autônoma de ação, assim como de entendimento, desvinculada das demais esferas (os exemplos dado por Morgenthau são a economia, a ética e a religião), ou seja, a política é um campo independente nos quais os conceitos de poder e poder político estão relacionados, portanto não requer e nem justifica a indiferença dos ideais políticos e aos princípios morais, mas exige distinção nitidamente estabelecida.

Morgenthau também disserta como a política internacional pode determinar a política doméstica (embora essa assertiva não esteja esclarecida) e que os conceitos citados acima podem, mesmo sendo distintos, resultar na maximização de poder (entenda-se ‘poder político’). Ele afirma ainda que esta distinção (entre a política internacional, pura e simples, e uma teoria racional provida dela) pode ser observada tanto quanto “a distinção entre um retrato pintado e uma fotografia.”⁵ Isto é:

“(...) o realismo político considera que uma política externa racional é uma boa política externa, visto que somente uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens; desse modo, satisfaz tanto o preceito moral da prudência como a exigência política de sucesso. O realismo político deseja que o retrato fotográfico do mundo político se assemelhe tanto quanto possível ao seu retrato pintado. Consciente da separação inevitável que existe entre política externa boa – isto é, racional – e a política externa como ela é realmente, o realismo político sustenta não somente que a teoria tem de ser focalizada sobre os elementos racionais da realidade política, mas também que a política externa tem de ser racional em vista de seus propósitos morais e práticos.”⁶

No terceiro princípio, o conceito-chave de ‘interesse’ em termos de poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, porém não lhe permite um significado fixo e permanente. As concepções, bem como suas aplicações, podem mudar dependendo do

⁴ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 6.

⁵ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 15.

⁶ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 16.

contexto político do qual ele é aplicado. Essa noção também pode ser empregada ao conceito de poder, pois “seu conteúdo e a maneira como é utilizado são determinados pelo ambiente político e cultural.” Portanto, o realismo político não acredita que as condições contemporâneas nas quais agem a política externa não podem ser modificadas, pois são marcadas pela constante instabilidade e pela ameaça presente da violência em grande escala. Ou seja:

“Enquanto o realista acredita realmente que o interesse é o padrão constante com base no qual a ação política deve ser julgada e dirigida, a conexão contemporânea entre o interesse e a nação constitui um produto da história, motivo por que está destinado a desaparecer no curso dessa mesma história.”⁷

O quarto princípio afirma que o realismo político é ciente do significado da moral na ação política e da tensão existente e inevitável entre as premissas morais e as exigências de uma ação política bem sucedida. Portanto não sustenta que esses princípios não possam ser aplicados às ações dos Estados em seu emprego universal abstrato, mas devem ser selecionados através da observação do contexto político e social no qual se encontram inseridos. Considerando, assim, que a prudência é a virtude suprema na política.⁸

O quinto princípio aborda a negação em identificar as aspirações morais de uma nação qualquer com as leis morais que regem o universo. Ou seja, como é necessário distinguir entre verdade e opinião, a distinção entre verdade e idolatria é tão importante quanto. Porém, o que ameniza a situação é justamente o conceito de interesse nos termos de poder, pois:

“Tanto daquele excesso moral, como da loucura política, porque, se considerarmos todas as nações, inclusive a nossa, como entidades políticas em busca de seus respectivos interesses definidos em termos de poder, teremos condições de fazer justiça a todas elas. E estaremos fazendo justiça a todas, em duplo sentido: podemos julgar outras nações como julgamos a nossa e, tendo julgado deste modo, seremos capazes de executar políticas que respeitam os interesses das demais nações, ao mesmo tempo que protegemos e promovemos os nossos

⁷ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 19.

⁸ Thomas Hobbes também concorda que a prudência é um fator fundamental para a política. Nas palavras de Hobbes “a prudência nada mais é do que experiência, que um tempo igual oferece a todos os homens equitativamente, naquelas coisas a que igualmente se dedicam”. HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: ed. Martin Claret, 2005, p.96.

interesses. Em política, moderação tem necessariamente de refletir a moderação do julgamento moral.”⁹

O sexto princípio fala da diferença constante entre o realismo político e as demais escolas de pensamentos sobre a política internacional. Nogueira e Messari acrescentam que Morgenthau reforça categoricamente a autonomia da esfera política das demais (como a religião). Ao fazê-lo, continuam, Morgenthau reconhece a legitimidade de estudar os fenômenos específicos que a tornam total e legitimamente autônoma em relação às demais esferas sociais.¹⁰

1.3 Alguns conceitos importantes defendidos pelo Realismo que podem ser aplicados para a plena compreensão das relações internacionais.

1.3.1 O Estado

Para os realistas, o Estado é o ator central das relações internacionais, cabendo ao Realismo a tarefa de explicar as possíveis interações entre eles. O Estado é unitário, podendo compartilhar funções iguais ou parecidas dependendo do seu ponto de vista, isto é, dependendo do contexto político vigente. Nogueira e Messari discorrem acerca das características centrais que compõem o Realismo. No caso dos Estados, eles são atores unitários e racionais, que agem de forma homogênea e uniforme visando a defesa do interesse nacional (que neste caso é a garantia da sobrevivência do Estado dentro do cenário político internacional – ou seja, manter-se como ator das relações internacionais inseridos em um ambiente de anarquia internacional).

⁹ MORGENTHAU, Hans J **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 22.

¹⁰ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, cap.2, p. 35.

1.3.2 A Luta pelo poder

Um dos princípios defendidos pelo Realismo é o poder. Ele consiste na capacidade de influenciar outros Estados a seguirem seus desejos. Waltz dizia que as estruturas (o sistema internacional, neste caso) seriam determinantes para ditar o comportamento dos agentes (os Estados e suas instituições). Portanto, como não há um governo central que rege o sistema internacional, esse sistema encontra-se em anarquia (este é o conceito adotado por Waltz). Porém, cada Estado desse sistema é soberano e tem a legitimidade ao uso da força se for para proteger o seu interesse nacional. Nesta constante incerteza, assemelhando-se ao estado de natureza de Thomas Hobbes,¹¹ Waltz acredita, assim, que se torna difícil estabelecer uma distinção segura entre política nacional e internacional, pois:

“Se o uso possível e real da força marcam as ordens internacionais e internas, então não pode ser delineada nenhuma distinção duradoura entre os dois domínios em termos do uso ou não da força. Nenhuma ordem humana é à prova de violência.

(...). A distinção entre os domínios da política nacional e internacional não se encontra no uso ou não da força, mas suas diferentes estruturas. (...). A diferença entre política nacional e internacional reside não no uso da força, mas nos diferentes modos de organização para fazer alguma coisa em relação a esse uso.”¹²

Portanto, os objetivos no quais os Estados elaboram suas políticas internacionais e domésticas são baseadas na finalidade do alcance dos seus próprios interesses (isto é, o Estado, como ator egoísta, busca ser ator permanente nas relações internacionais) que se traduzem em sua busca por poder. Morgenthau chama esse fenômeno de “luta pelo poder”¹³ e é caracterizada por três elementos: a política do *status quo*, de imperialismo e a política de prestígio.

Quanto à política do *status quo*, Morgenthau a define como sendo um termo derivado do latim *status quo ante bellum*, muito utilizado em cláusulas corriqueiras nos

¹¹ O estado de natureza de Hobbes é “uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens.” p.98. Este trecho em particular é melhor discutido em HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: ed. Martin Claret, 2005, p.95-100.

¹² WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p.145. Título original: *Theory of International Relations*.

¹³ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 22. Nesta parte da obra, o autor deixa bem claro que como as ações egoístas dos Estados sempre têm o objetivo, implícito ou não, da busca pela maximização do poder.

tratados de paz que versam sobre a evacuação do território pelas tropas inimigas, bem como a restauração da soberania do país invadido anterior ao litígio e cuja função paira “na manutenção da distribuição do poder que existe num momento particular da história.”¹⁴

Mas o conceito de *status quo* não só é aplicado para tratados de paz, não significando que a política de poder se opõe a qualquer mudança que possa ocorrer no cenário internacional. Tal como Morgenthau justifica, os pequenos ajustes limitados nessa distribuição de poder entre as nações em questão são perfeitamente aceitáveis por esta política.¹⁵

No que diz respeito ao imperialismo e seus conceitos, os autores realistas não abordam esse assunto com profundidade, porém Morgenthau aponta algumas possíveis falhas presentes na sua aplicação, para então tentar oferecer um conceito baseado no que o “imperialismo não é, mas que freqüentemente se supõe que ele seja.” Segundo o autor, a primeira falha apontada é que nem toda política externa direcionada para aumentar o poder de um Estado constitui necessariamente uma forma de manifestação do imperialismo. Esse erro pode ser observado através da discussão sobre o *status quo*, portanto o conceito advindo desta falha trata do imperialismo como uma política que visa à queda do *status quo* vigente, para então modificar as relações de poder entre duas ou mais nações.¹⁶

O segundo erro fala que não se pode considerar como imperialista toda política externa que objetive a manutenção de um império já existente. Nesse sentido, o conceito de imperialismo vincula-se a idéia de manutenção, defesa e estabilização de império real, ao invés de se “equiparar a um processo dinâmico de aquisição de um novo império”¹⁷

Para isso, emprega-se o artifício do poder ideológico do qual os líderes estatais possuem. O poder ideológico consiste, segundo Morgenthau, na capacidade do estadista em manipular as idéias em favor dos objetivos egoístas do Estado, no caso maximização do poder, portanto usa-se a política de prestígio.

A política de poder, para Morgenthau, é uma modalidade política “composta de instrumentalidades por meio das quais a política de *status quo* e a do imperialismo buscam alcançar seus fins”, (...) portanto “é um elemento intrínseco das relações entre as nações como o desejo de prestígio o é nas relações entre os indivíduos.”¹⁸ Um exemplo de sua aplicação são

¹⁴ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 89.

¹⁵ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 94.

¹⁶ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 98.

¹⁷ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 99.

¹⁸ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.148.

as relações diplomáticas, e ela concretiza-se “mediante a demonstração do poder que uma nação tem (ou pensa que tem, ou que deseja que as outras nações acreditem que ela tem) encontra um campo particularmente fértil na escolha da localização dos encontros internacionais.”¹⁹

Portanto, os objetivos da política de prestígio são: a busca pelo poder como um fim em si mesmo (no caso das relações internas dos Estados) e aplicá-lo ao campo das relações internacionais como suporte para uma política de *status quo* ou de imperialismo. Normalmente o segundo objetivo está mais presente, pois é o mais comum às nações hegemônicas atuais.

Morgenthau disserta ainda que a segunda função descrita acima esteja vinculada à noção de política externa, ou seja, da “própria natureza da política internacional.” Ele afirma que:

“A função que a política de prestígio desempenha para as políticas de *status quo* e de imperialismo se origina da própria natureza da política internacional. A política externa de uma nação corresponde sempre ao resultado de uma avaliação de como se encontram as relações de poder entre as várias nações, em um certo momento da história, e de como as mesmas se desenvolverão provavelmente a curto e médio prazos. (...)”

A função primária dessa política de prestígio consiste em influenciar tais avaliações.”²⁰

Portanto, o uso do poder ideológico torna-se fundamental. Se o estadista consegue, de certa forma, manobrar as informações obtidas por meio do contexto social, político e econômico vigente, ele poderá formular uma política externa capaz de lidar com as dificuldades que poderão advir de eventuais crises. Uma política externa mal formulada contribui para o decréscimo do prestígio de uma nação no cenário internacional, tornando-a menos confiável para investimentos externos. Porém, uma nação forte e com uma política externa bem estruturada, contribuirá para o aumento do prestígio.

Toda essa manobra política é necessária para construir um discurso do qual farão que os Estados menos favorecidos, e também aos próprios cidadãos, acreditem que ele seja forte e estável, para aumentar a chance de maximizar o seu poder político e econômico. Os

¹⁹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.156.

²⁰ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.162.

Estados mais fracos visualizam, então, através daqueles mais fortes, uma oportunidade de, aos poucos, também garantirem seu poder de prestígio.

Finalmente, nas palavras de Morgenthau, a política de prestígio é essencial para as negociações entre os Estados. O local das conferências, rodadas de negociação fazem toda a diferença nas medidas dessa política. A influência exercida dentro de cada país por seu governante também é importante para conseguir o apoio necessário para alcançar seus objetivos dentro e fora de seu país. Portanto:

“O prestígio tornou-se uma arma de política particularmente importante em um período em que a luta pelo poder é travada não somente mediante o recurso aos métodos tradicionais de pressão política e força militar, mas também, em larga medida, como um combate pela conquista das mentes dos homens. (...)”

e por isso,

“uma política de prestígio alcança seu verdadeiro triunfo quando consegue assegurar à nação que a pratica uma tal reputação de poderio, que esta se sente dispensada de recorrer ao emprego concreto do instrumento de poder.”²¹

1.3.3 Anarquia Internacional

O conceito de anarquia que é usado pelos realistas diz respeito à “ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece.”²²

Waltz trata da anarquia como parte dos princípios ordenadores das questões estruturais presentes no sistema interno em comparação ao internacional. Sobre essas estruturas, Waltz complementa que:

“As partes dos sistemas políticos internos têm relações de superioridade e subordinação. Alguns devem comandar; outros devem obedecer. Os sistemas internos são centralizados e hierárquicos. As partes dos sistemas político-internacionais têm relações de cooperação. Formalmente, cada um é igual aos outros. Nenhum deve comandar; nenhum deve obedecer. Os

²¹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 164.

²² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, p. 26.

sistemas internacionais são descentralizados e anárquicos. Os princípios ordenadores das duas estruturas são claramente diferentes, e, de fato, são o contrário uns dos outros. As estruturas políticas internas têm instituições governamentais e os cargos como as suas contrapartidas concretas. A política internacional, em contraste, tem sido chamada de ‘política na ausência de governo’.²³

Ou seja, o que ocorre é a existência de vários atores componentes ao sistema internacional detentores da soberania e do uso legítimo da força, tornando o ambiente internacional cheio de incertezas, ou seja, uma guerra poderia eclodir a qualquer momento, remetendo ao estado de natureza de Hobbes. Vale lembrar que uma boa parte dos estudos realistas (se não todos) tentam explicar e assim evitar as causas da guerra para entender as relações entre os Estados para atingir esse fim. Embora Waltz acredite na existência das organizações internacionais como consequência deste estado de anarquia, mas não descartando o papel do Estado como ator central das relações internacionais, Morgenthau desconsidera a relevância de outros atores que não sejam os Estados.

Waltz faz analogias à economia e aos mercados para explicar como pode haver uma relação possível entre os Estados dentro deste ambiente anárquico. Nisto:

“Os sistemas políticos internacionais, como mercados econômicos, são formados pela cooperação de unidades egoístas. As estruturas internacionais são definidas em termos das unidades políticas primárias de uma dada era, sejam elas cidades-estados, impérios ou nações. As estruturas emergem da coexistência dos Estados. Nenhum Estado tenciona participar na formação de uma estrutura pela qual, ele e outros, serão constrangidos. Os sistemas políticos internacionais, como os mercados econômicos, são originalmente individualistas, gerados espontaneamente e involuntários. Em ambos os sistemas, as estruturas são formadas pela cooperação das suas unidades. Se essas unidades vivem, prosperam ou morrem, depende dos seus próprios esforços.”²⁴

Nogueira e Messari apontam uma consequência importante existente na anarquia dentro das relações internacionais na qual se assemelha ao resultado da existência do estado de natureza de Hobbes: “desconfiança permanente entre todos, a sobrevivência como único

²³ WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p. 125. Título original: *Theory of International Relations*.

²⁴ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 129.

objetivo possível ou, no mínimo, como o objetivo que define todos os demais, e a segurança de um só pode ser atingida em detrimento da falta de segurança de outros, e vice-versa.”²⁵

Finalmente, os possíveis acordos de cooperação que poderiam eventualmente surgir dentro do ambiente de anarquia são os versam sobre segurança. A explicação pode ser encontrada dentro dos conceitos de poder, de sobrevivência e auto-ajuda²⁶, que serão explicados a seguir.

1.3.3.1 *Sobrevivência*

A sobrevivência, para os realistas é o interesse nacional caracterizado como “supremo e fundamental que se deve levar à mobilização de todas as capacidades nacionais e ao qual se submetem todos os demais interesses.”²⁷

Waltz ao trabalhar o aspecto da sobrevivência, afirmou que:

“A sobrevivência é um pré-requisito para alcançar qualquer objetivo que os Estados possam ter, excluindo a promoção do seu próprio desaparecimento como entidades políticas. O motivo da sobrevivência é visto como a base de ação num mundo onde a segurança dos Estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer ato do Estado. A premissa toma em consideração o fato de nenhum Estado atuar sempre exclusivamente para assegurar a sua sobrevivência.”²⁸

Isto é, sendo a sobrevivência em objetivo primordial para os atores das relações internacionais, ela também torna-se um instrumento político para fundamentar a busca por poder pelos Estados. também era tida como uma ferramenta para garantir a segurança do Estado, ou, nas palavras de Nogueira e Messari, “nas relações internacionais, os realistas consideram que a segurança dos indivíduos só é mantida uma vez que a segurança do Estado do qual faz parte é mantida.”²⁹

²⁵ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, p. 26.

²⁶ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *op. cit.*, p.27

²⁷ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *op. cit.*, p.27

²⁸ WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p. 125. Título original: *Theory of International Relations*.

²⁹ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, p. 26-27.

1.3.3.2 Auto-ajuda

Segundo Waltz, o sistema internacional é um sistema de auto-ajuda.³⁰ Portanto, nenhum Estado, dentro do ambiente de anarquia internacional, pode controlar totalmente a capacidade de se proteger dos demais ou depender deles para eventualmente protegê-lo. Dentro desse sistema de auto-ajuda, disserta Waltz, “cada uma das unidades gasta uma porção do seu esforço, não a perseguir o seu próprio bem, mas em arranjar os meios de se proteger dos outros.”³¹

Porém, como Nogueira e Messari salientam que:

“Isto não exclui nem a possibilidade de obter apoios nem a possibilidade de haver cooperação no sistema internacional, mas implica que a vigilância deveria ser permanente, e que todo e qualquer acordo de cooperação mútua na área de segurança pode ser rompido se for do interesse nacional.”³²

Waltz argumenta ainda que o sistema de auto-ajuda está relacionado com a capacidade dos Estados. Ele, porém, não fornece um conceito exato do que venha a ser essa capacidade, mas ele classifica as capacidades dos Estados como econômica e política do qual eles possuem para determinar se um país é uma superpotência ou não. Para ele, continua, a determinação de uma superpotência possui duas variantes, uma delas é “se as diferentes capacidades de uma nação já não se reforçam umas às outras, podemos centrar-nos nas forças de uma nação e não atentar para as suas fraquezas, e a outra é que “um país se torna uma superpotência se o tratarmos como tal”. E, ainda estabelece uma relação com um sistema político multipolar, do qual depende das capacidades dos Estados de manterem seu espaço no sistema, ou seja, “os estados, porque estão num sistema de auto-ajuda, têm de se usar as capacidades combinadas, de forma a servir os seus interesses.”³³

Ademais, essas capacidades são determinadas, segundo Waltz, por três fatores: “tamanho da população, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência”; estimativa da capacidade dos demais Estados,

³⁰ WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p. 125. Título original: *Theory of International Relations*.

³¹ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 147.

³² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, p. 31.

³³ WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p. 181. Título original: *Theory of International Relations*.

principalmente para provocar litígios; e que a capacidade dos Estados não é passível de medição precisa, pois as atribuições e papéis delegados às nações são diferenciadas com o passar do tempo.³⁴

Waltz ainda faz uma explanação das variações do sistema de auto-ajuda dos Estados de acordo com algumas características inerentes ao sistema internacional, a desigualdade e a interdependência. Quanto à desigualdade, o autor argumenta que é uma característica desejável, pois a manutenção do equilíbrio entre os Estados fortes e frações dependem da sua capacidade de cuidarem de si próprios e que ela é uma virtude do sistema devido ao fato de que:

“A igualdade extrema está associada à instabilidade. Fazendo uma analogia interna: onde o individualismo é extremo, onde a sociedade é atomística, e onde faltam organizações secundárias, os governos tendem ou para a anarquia ou para se tornarem altamente centralizados e despóticos.”³⁵

Com relação à interdependência dos Estados, para Waltz, dentro do sistema de auto-ajuda ela tende a libertar-se de acordo com a diminuição do número de partes dele.³⁶ Nesse sentido, a interdependência depende da reciprocidade das relações entre os Estados, ou seja, que “interdependência significa que as partes são mutuamente dependentes”. Sendo assim, os seus componentes baseiam-se nos custos e benefícios advindos de suas relações, portanto, seus resultados serão igualmente repartidos. A interdependência entre Estados diminui na medida em que a quantidade de potências é reduzida, sendo dois a menor quantidade possível.³⁷

1.3.4 O Elemento Ideológico na Política Internacional

Como Morgenthau salientou, o fator ideológico é de suma importância tanto na política doméstica quanto na internacional. Ele afirmou que “o elemento de poder - visto como o fim imediato na política seguida - costuma ser justificado em termos éticos, legais ou

³⁴ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 182.

³⁵ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 183.

³⁶ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 191.

³⁷ WALTZ, Kenneth N. *op. cit.*, p. 199 e 201.

biológicos”, ou seja, “a verdadeira natureza da política se esconde por trás de justificações e racionalizações ideológicas.”³⁸

Por isso, continua, quanto maior for o envolvimento do indivíduo na luta pelo poder, menor a sua capacidade de enxergar como essa disputa é de fato travada. E como consequência, esse ator não conseguiria evitar de ‘representar um papel’, ao camuflar suas verdadeiras intenções de suas ações políticas “por trás da máscara de uma ideologia política”. Ainda continuando sua análise, principalmente no âmbito internacional, argumenta sobre os governos estrangeiros. Ele analisa que quanto mais afastada a pessoa estiver do evento, maior as possibilidades de compreender a verdadeira natureza dele, portanto:

“Não resulta de mero acidente o fato de que estrangeiros mostram com muita frequência uma boa compreensão, melhor que a dos naturais, sobre a política de um certo país, e que certos estudiosos se acham mais bem equipados do que os políticos para entender o que vem a ser a política. Por outro lado, os políticos revelam uma tendência inarredável a se enganarem a si próprios, quando se referem às suas políticas, não em termos de poder, mas com expressões de princípios éticos e legais ou necessidades biológicas. Em outras palavras, embora toda e qualquer política consista em uma luta pelo poder, as ideologias tornam o envolvimento dessa disputa não só moral como psicologicamente aceitável para os atores e sua platéia.”³⁹

Uma consequência imediata dessa conduta proporciona ao fator ideológico uma face para as justificativas morais e éticas das políticas externas elaboradas pelos países. Com isso, busca-se a execução do poder político de fato e o elemento ideológico esconde-se por trás das ações políticas em si. Ou seja, “o objetivo imediato da ação política é o poder, e o poder político significa poder sobre as mentes dos homens.”⁴⁰

Morgenthau reforça a relação de ambigüidade existente entre “o homem como ser político” com a “ambivalência da avaliação moral” que terá de fazer nesta situação (a de formular sua estratégia política mascarando seus ideais), afirmando que o homem “tenderá a considerar como justo o seu próprio desejo de poder, mas condenará como injusto o desejo dos outros de conquistar poder sobre ele”.⁴¹

³⁸ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p.173.

³⁹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.175.

⁴⁰ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.176-177.

⁴¹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.177-178.

Maquiavel partilha argumento semelhante ao de Morgenthau, no que diz respeito ao uso do poder ideológico (pelo estadista) para se alcançar seus objetivos, ao afirmar que “o desejo de conquista é algo muito natural e comum; aqueles que obtêm êxito na conquista são louvados, e jamais censurados; os que não têm condições de conquistar, mas querem fazê-lo a qualquer custo, cometem um erro que merecem ser recriminados”.⁴²

A respeito das ideologias, Morgenthau discorre sobre as três ideologias da política internacional, que são: ideologias de *status quo*, de imperialismo e ambíguas. As ideologias de *status quo* tratam do conceito de *status quo* em si (manutenção do poder que a nação já possui), para poder evitar “a necessidade de contemporizar com ressentimento de outras nações ou seus próprios escrúpulos.” E isso acontece, particularmente, quando “a manutenção do *status quo* não é passível de ataques de ordem moral ou legal ou quando o poder nacional é, tradicionalmente, usado com exclusividade para a preservação do referido *status quo*”.⁴³

Já a ideologia de imperialismo quer provar o *status quo* que uma nação qualquer pretende modificar (ou é merecedor de modificação) e cuja legitimidade moral associada a um determinado estado de coisas deve ser “submetida a um princípio mais elevado de moralidade que reclama uma nova distribuição de poder”.⁴⁴ Quanto à sua aplicação na política externa, Morgenthau afirmou que:

“Quando a política imperialista não dirigida contra um determinado *status quo* resultante de uma guerra perdida, mas tem origem em um vácuo de poder que incentiva conquistas, as ideologias morais que tornam a conquista um dever inevitável tomam a forma do apelo a um direito natural justo contra um direito positivo injusto.

(...)

A modalidade mais largamente disseminada de disfarce e justificação do imperialismo, contudo, corresponde tradicionalmente à ideologia de antiimperialismo.”⁴⁵

A última ideologia tratada por Morgenthau, as ideologias ambíguas, buscam através da própria ambigüidade existente no conceito de imperialismo e *status quo* explicar

⁴² MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, cap III, p. 40.

⁴³ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p.180.

⁴⁴ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.182.

⁴⁵ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.183 e 185.

como esse jogo de poder pode dificultar o entendimento sobre o cenário internacional vigente. O que é importante mencionar, nas palavras de Morgenthau, é que “o equilíbrio de poder vem sendo utilizado como uma arma ideológica pelos defensores do *status quo* e pelos promotores do imperialismo”.⁴⁶

1.3.5 Equilíbrio de Poder

Para explicar a procura por destaque político, Morgenthau utiliza o fenômeno do “equilíbrio de poder” (que constitui no equilíbrio de forças - tanto políticas, financeiras quanto militares - entre duas nações que obtém certo destaque dentro do ambiente internacional) para explicar o equilíbrio político existente no cenário internacional. Um exemplo do conceito de equilíbrio de poder ocorreu durante o período da Guerra Fria, no qual Estados Unidos e União Soviética dividiam as atenções e buscavam aumentar suas influências e forças, principalmente na chamada corrida armamentista. É basicamente “a estabilidade dentro de um sistema composto de uma variedade de forças autônomas”⁴⁷ que coexistem e se reorientam quando o equilíbrio for ameaçado e, assim, cria-se um novo equilíbrio.

Quando uma análise profunda da estrutura do equilíbrio de poder é feita, Morgenthau propõem dois padrões: o da oposição direta, no qual duas nações concorrem diretamente desejando estabelecer sua influência perante a outra, e o padrão da competição, na qual duas nações tentam aumentar suas influências por meio de alianças nas quais tenta aglutinar países mais fracos e com sua independência ameaçada.⁴⁸

Sobre o princípio da compensação, aplicado quanto aos benefícios gerados pelas alianças,⁴⁹ Morgenthau ressalta que:

“O princípio da compensação jamais está ausente totalmente de arranjos políticos (envolvendo ou não questões territoriais) concebidos dentro do espírito de um sistema de equilíbrio de poder. Isto ocorria porque, neste contexto, nação alguma aceitará conceder vantagens políticas a uma outra nação, se não contar com a expectativa, que pode ser justificada ou não, de não receber benefícios proporcionais em troca. As barganhas envolvidas nas negociações

⁴⁶ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 190.

⁴⁷ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 322.

⁴⁸ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 330-336.

⁴⁹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 340. Morgenthau utiliza como exemplo para explicar o conceito do “princípio da compensação” as compensações de natureza territorial utilizada durante os séculos XVIII e XIX para manter-se a estabilidade do sistema daquela época.

diplomáticas, que costumam resultar em concessões políticas, não passam de aplicações práticas do princípio da compensação política, em sua forma mais genérica e, como tal, encontram-se associadas ao equilíbrio de poder.”⁵⁰

Outro fator que possibilita o auxílio à manutenção do equilíbrio de poder diz respeito à conduta da qual o governante adota perante seus civis. O poder ideológico é uma importante ferramenta nesse processo. Com relação às alianças em questão, tal como afirma Morgenthau, “o fator ideológico (...) também é baseado em interesses materiais, mediante a inclusão de termos de solidariedade ideológica que transcende as limitações dos limites materiais.”⁵¹

Nogueira e Messari apontam um paralelo entre a concepção e a aplicação do conceito de equilíbrio adotado por Waltz e Morgenthau. Eles afirmam que:

“Morgenthau define balanço de poder (ou equilíbrio) como o fruto de uma política escolhida e adotada por estadistas que tomam decisões específicas no plano externo. Segundo ele, a existência de uma balanço de poder é necessária, já que a define como o mecanismo para garantir a estabilidade do sistema internacional. (...) Para Morgenthau, só o poder limita o poder. (...) Waltz vê a balanço de poder como algo inerente a qualquer sistema internacional. Desse ponto de vista, Waltz, se refere mais à uma distribuição de poder do que ao equilíbrio de poder. Para Waltz, se há uma teoria das relações internacionais, ela seria a teoria da balanço de poder.”⁵²

1.3.6 A Moral das relações internacionais

Quanto à questão da moralidade, Morgenthau não fornece um conceito preciso do que venha a ser ‘moral’, pois o mesmo depende da visão adotada pelo observador. O que o autor nos fornece é uma base teórica contextualizada de como podemos entender a aplicação do conceito de moral por meio de dois caminhos, por um lado, “exagerar ou minimizar a influência da ética sobre a política internacional, quando negamos que os políticos e os diplomatas se deixam levar por coisa alguma que não sejam considerações de poder material”, e, por outro lado, “existe ainda o erro duplo de confundir as regras morais observadas

⁵⁰ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 342

⁵¹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 349

⁵² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2005, p. 30.

realmente pelas pessoas com as que simulam obedecer ou com aquelas que os escritores declaram que ela deveria seguir.”⁵³

O que é importante mencionar sobre a questão da moral, dentro da abordagem trazida por Morgenthau, que é relevante para os fins desta pesquisa, trata-se da relação entre a moralidade internacional e a guerra total. A moral, neste caso, é tida como a concepção dos benefícios que as ações políticas podem trazer resultadas da ligação entre moral e política. Segundo ele, essa relação é possível quando o fator ideológico consegue convencer os demais atores de que suas ações são justas, e, portanto, com moral aprovável. O objetivo geral, continua, é que a guerra total deve ser evitada. Normalmente uma guerra começa por motivos particulares que os Estados atribuem como justificativa para alcançar seus desejos de maximização do poder político. Para Morgenthau, uma guerra torna-se total nas seguintes situações: quando a população nacional participa intensamente na condução das hostilidades; quando essa mesma população é afetada pelas hostilidades; e quando estão presentes os adeptos dos ideais propostos pelas hostilidades e determinação dos objetivos da guerra.⁵⁴

Quanto à questão dos ideais formados durante o período das hostilidades e a relação resultante com os cidadãos de um determinado país, Morgenthau disserta que:

“Ele (o cidadão) participa de ‘cruzadas’ por um ‘ideal’, a saber, por um conjunto de ‘princípios’ ou um ‘modo de vida’, para os quais ele reivindica um monopólio de verdade e virtude. Como consequência, ele combate, até a morte ou uma ‘rendição incondicional’, todos aqueles que aderem a um outro ‘modo de vida’ ou ‘ideal’, que são naturalmente falsos e perversos. Uma vez que é esse ‘ideal’ ou ‘modo de vida’ que ele combate, sejam quais forem as pessoas em que ele se manifesta, as distinções entre soldados combatentes e incapacitados, entre combatentes e civis – caso não sejam eliminados de todo – passam a ficar subordinadas à única diferença que importa de verdade: a separação entre os representantes da direita e a filosofia e modo de vida errados.”⁵⁵

1.3.7 Opinião Pública Mundial

A respeito da opinião pública, muito pouco Morgenthau acrescenta. Ele afirma que não existe uma opinião pública mundial na qual todos os seus membros concordem sobre

⁵³ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 429

⁵⁴ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 444.

⁵⁵ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 446-447.

alguns aspectos gerais sem levar em consideração suas preferências individuais. O conceito de opinião pública fornecido por Morgenthau diz respeito a “uma opinião pública que extravasa as fronteiras nacionais e congrega os membros de diferentes nações em um consenso relativo a pelo menos certas questões internacionais fundamentais.”⁵⁶

Sendo assim, uma alternativa para obter a tal opinião pública mundial é a fornecida por órgãos de alcance internacional, como as agências de notícias.

Maquiavel tem algumas considerações sobre o uso da opinião pública pelo estadista. Ele argumentou que “(...) o cidadão não dependerá inteiramente do valor ou da sorte, mas da astúcia afortunada. Chega-se a ela com o apoio da opinião popular ou da aristocracia. (...). Quem chega ao poder com a ajuda dos ricos tem maior dificuldade em manter-se no governo do que quem é apoiado pelo povo.”⁵⁷

1.3.8 Segurança Internacional

Nas questões referentes a segurança, Morgenthau afirma que o desejo das nações se armarem nascem do sentimento de “insegurança” gerado no ambiente sócio-político no qual as nações se encontram. Para tanto, segundo o autor, desde a Primeira Guerra Mundial são aplicados os conceitos de segurança coletiva e força de polícia internacional.⁵⁸

Para essa pesquisa, o conceito de maior relevância é o de segurança coletiva, uma vez que ele é tema de preocupação por parte da sociedade internacional. Neste contexto, “a segurança se transforma em preocupação de todas as nações, que cuidarão coletivamente da situação de cada uma delas, como se estivesse em jogo a sua própria segurança.”⁵⁹

Um dos autores que abordam este tema é Barry Buzan. Marco Cepik em seu artigo que elucida alguns dos temas desenvolvidos por Buzan e Ole Weaver na sua obra *Regions and Powers: The Structure of International Security* (2003). Cepik abre a discussão afirmando que Buzan e Weaver são favoráveis à existência de um nível de análise regional para compreender os problemas de segurança inseridos no sistema internacional contemporâneo. Ou seja, o estudo dos *clusters* regionais (nesse sentido, os autores referem-se

⁵⁶ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 484.

⁵⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, cap. IX, p.70-71.

⁵⁸ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 783.

⁵⁹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 784.

aos blocos ou alianças regionais) que são um complexo regional de segurança, é formado “por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos são tão interligados que os problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente umas das outras.”⁶⁰

Seguindo sua análise, Cepik afirmou que as questões de ‘territorialidade e das agendas regionais’ obtidas por meio de análises profundas da dinâmica sobre segurança presente nos Estados poderosos dentro do sistema internacional. Com isso, continua Cepik, Buzan e Weaver deram destaque à “construção intersubjetiva dos processos de securitização e ao argumento favorável à relevância potencial dos atores não-estatais e dos setores social, ambiental, político e econômico.”⁶¹, remetendo ao problema do uso da força nas relações internacionais.

Para esclarecer o seu argumento, Cepik cita um exemplo adotado por Buzan e Weaver, que se refere ao período da Guerra Fria:

“A situação existente durante a Guerra Fria (2 superpotências mais 3 grandes potências) foi transformada na direção de uma clara diferença de capacidades entre os Estados Unidos (superpotência), por um lado, e a União Européia, Japão, China e Rússia (grandes potências), por outro. A isso se somou uma relevância crescente dos complexos regionais de segurança (RSC seguindo a denominação em inglês) e das potências regionais, tais como Índia, Brasil, África do Sul e outras.”⁶²

Nesse contexto, pode-se observar que, de acordo com o sistema internacional vigente, os blocos regionais, demandando estabilidade e segurança dentro do ambiente anárquico das relações internacionais, são formados para atender ao novo equilíbrio de poder que fôra formado, implicando transcender fronteiras geográficas para o estabelecimento de um plano de segurança eficiente com seus vizinhos.

A estrutura de segurança regional desenvolvida por Cepik aponta três tipos de relações relevantes: “a distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional)”;

“os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes ao longo dos setores militar,

⁶⁰ BUZAN, Barry & WEAVER Olé. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge-UK: Cambridge University Press. 2003 apud CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural**. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Seguranca%20na%20America%20do%20Sul.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2008, p.02.

⁶¹ CEPIK, Marco. *op. cit.*, p.02.

⁶² CEPIK, Marco. *op. cit.*, p.03.

político, social, econômico e ambiental (polarização)”; e as “relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências e superpotências.” Dentro deste pensamento, outros dois elementos podem ser extraídos, que são “a fronteira de exclusão que nos permite diferenciar um complexo regional de segurança (RSC) de outro” e a “anarquia.”⁶³

Agora que a base teórica está formada e a Teoria Realista das Relações Internacionais já foi apresentada, os capítulos seguintes fornecerão as aplicações práticas acerca de como a Venezuela encaixa-se no atual panorama geopolítico e econômico vigente na América do Sul, suas relações com seus vizinhos e como a corrente realista pode prover algumas explicações para compreender as decisões relativas à atual política externa adotadas pelo Presidente venezuelano Hugo Chávez. Por meio da teoria Realista, objetiva-se mostrar algumas ferramentas conceituais capazes de esclarecer a política externa adotada atualmente pela Venezuela.

⁶³ CEPIK, Marco. *op. cit.*, p.03.

CAPÍTULO 2 – A VENEZUELA

Este capítulo apresentará uma síntese sobre a história venezuelana, seu aparato geopolítico, social e econômico com o objetivo de demonstrar aspectos relevantes para o entendimento das decisões adotadas pela atual política externa venezuelana. Serão expostos, ademais, alguns obstáculos encontrados pela Venezuela, ao longo de sua trajetória histórica, no que diz respeito ao relacionamento com seus vizinhos sul-americanos, assim como com os Estados Unidos.

Uma descrição das mudanças sofridas no sistema político do governo venezuelano até a chegada do Presidente Chávez ao poder também serão abordadas. Ademais, também será considerado os principais aspectos do Governo Chávez, assim como suas fases ao longo de seu mandato e como o ‘bolivarianismo’ se faz presente como parte de sua estrutura política.

Além disso, serão explanadas algumas das contradições presentes no relacionamento atual entre a Venezuela e os Estados Unidos, seu parceiro comercial mais atuante. Cujas aproximação foi revista e criticada pelo atual Governo Venezuelano marcada por mudanças, sobretudo nas áreas econômica e militar, e promovendo transformações ao cenário internacional contemporâneo.

2.1 Sobre a Venezuela

A Venezuela localiza-se a nordeste do continente sul-americano, fazendo fronteira ao norte com o Mar do Caribe, ao sul com o Brasil e a Colômbia, a leste com a Guiana e com o Oceano Atlântico e a oeste com a Colômbia. Seu território abrange, além da parte continental do país (correspondente a 882.050 km²), 72 ilhas no mar do Caribe, que, somando, obtêm-se uma área total de 912.050 Km².⁶⁴

Quanto à economia, sua principal área encontra-se na indústria do petróleo, cuja produção corresponde a 90% dos ganhos de exportação, mais que 50% dos rendimentos

⁶⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brazil Trade Net. **Como exportar: Venezuela**. Brasília: 1998. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXVenezuela.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2008.

orçamentários do Governo Federal venezuelano (aproximadamente 30% do PIB). Todavia, as consequências da crise ocorrida entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 (a crise da PDVSA), a economia venezuelana foi desestabilizada (o PIB real caiu para aproximadamente 9% em 2002 para 8% em 2003). Contudo, sua recuperação foi significativa devido aos elevados preços do petróleo, que contribuíram para o aumento de arrecadação por parte do governo, resultando na elevação do PIB venezuelano para 9% em 2006 e 8% em 2007. Porém, tais despesas, acompanhadas pela melhoria do salário mínimo e do acesso ao crédito doméstico, provocaram aumento do consumo interno gerando forte elevação da inflação para 20% em 2007. A Venezuela também é detentor de vasta diversidade em recursos minerais (além do petróleo), dentre os quais se destacam a bauxita, o carvão mineral, o minério de ferro e o ouro. Com relação à agricultura e à pecuária, o país conta com 13% da sua mão-de-obra ativa na produção de cana-de-açúcar, milho, arroz, sorgo, banana, vegetais, café, carne bovina, carne suína, leite, ovos e pescado. O setor industrial venezuelano aplica investimentos nas indústrias petrolífera, na de materiais de construção, alimentos processados, têxtil, mineração, ferro, alumínio e peças de motor de veículos absorvendo 23% da força de trabalho, enquanto o setor de serviços conta com 64%, (dados de 1997).⁶⁵

Segundo a Brazil Trade Net,

“Em 1996, o Governo venezuelano adotou uma série de medidas econômicas com a finalidade de assegurar a estabilidade e a recuperação econômica do país. Entre as principais medidas estavam a redução e o controle da inflação, o restabelecimento da confiança na moeda e na economia, o processo de privatização e o fortalecimento do setor financeiro. Durante o ano de 1997, o processo de estabilização teve continuidade, com resultados bastante favoráveis no que diz respeito à inflação, à recuperação da atividade econômica não-petroleira e no comportamento das exportações de produtos não-tradicionais. No entanto, a expectativa para 1998 é de que o país enfrente situação financeira complexa, em função da tendência de queda nos preços internacionais do petróleo.”⁶⁶

Com respeito aos parceiros comerciais da Venezuela, sobressaem-se os Estados Unidos com 44,1% das exportações venezuelanas, as Antilhas Holandesas com 14,5% e a

⁶⁵ CIA WORLD FACTBOOK. **Venezuela**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em 30 de julho de 2008. Tradução e adaptação feita pela autora.

⁶⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brazil Trade Net. **Como exportar: Venezuela**. Brasília: 1998. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXVenezuela.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2008.

China com 3.1% (dados de 2007). As principais *commodities* exportadas são o petróleo, a bauxita e o alumínio, o ferro, produtos químicos, produtos agrícolas e manufaturas básicas.⁶⁷ No caso da América do Sul, o Brasil, segundo dados da Brazil Trade Net, entre 1993 e 1997 o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 1.808,33 milhões.⁶⁸

No aspecto político, atualmente a Venezuela, cujo nome oficial é República Bolivariana da Venezuela, é uma república federativa com regime presidencialista. A capital federal é Caracas, sendo sua divisão administrativa composta por 23 estados, 1 distrito federal e 72 ilhas no mar do Caribe. O Chefe de Estado e o Chefe de Governo é o Presidente Hugo Chávez, cujo mandato é de seis anos (de acordo com a nova Constituição de 1999). A moeda oficial é o Bolívar, que vale 2,147 dólares americanos. (dados de 2007)⁶⁹

2.2 Um breve panorama histórico

Descoberta em 1498 por Cristóvão Colombo, a região era povoada por índios arauques e caraíbas, sendo no ano seguinte nomeada pelos espanhóis de ‘Pequena Veneza’ (depois chamada de Venezuela), por causa do estilo das construções das habitações sobre as águas. Iniciou-se então o processo de colonização da região, por meio da exploração da caça, da pesca e do cultivo de ostras (para o recolhimento das pérolas) até que a região fôra organizada como Capitania Geral do Vice-Reino de Nova Granada. Em virtude de sua colonização lenta, a Capitania só foi ganhando importância para o Império Espanhol a partir do século XVIII pelo cultivo de café, cacau, milho, açúcar e tabaco, cuja a mão-de-obra empregada era de escravos africanos. A cidade de Caracas foi fundada em 1567. O comércio com a Venezuela foi intensificado, principalmente com os ingleses, fazendo os espanhóis reforçarem a campanha para obterem o monopólio do comércio venezuelano, contrariando os interesses dos produtores locais, e que obrigou a Espanha desistir dessa campanha durante a década de 1780.⁷⁰

⁶⁷ CIA WORLD FACTBOOK. **Venezuela**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em 30 de julho de 2008.

⁶⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brazil Trade Net. **Como exportar: Venezuela**. Brasília: 1998. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXVenezuela.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2008.

⁶⁹ CIA WORLD FACTBOOK. **Venezuela**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em 30 de julho de 2008.

⁷⁰ VENEZUELA. In: **Encyclopedia Britannica**. Chicago: Britannica Cooperate Site, 2008. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/625197/Venezuela/219051/History#ref=ref407766&tab=active-checked%2Citems~checked&title=Venezuela%20%3A%3A%20History%20--%20Britannica%20Online%20Encyclopedia>>. Acesso em 08 de setembro de 2008. A parte referente à história

Durante o período colonial na Venezuela, a sociedade era composta de agentes da Coroa espanhola, que predominância na chefia das instituições, e a Igreja Católica chefiava as instituições eclesiásticas. As massas da população formada por crioulos, mestiços e mulatos eram desprovidos de qualquer privilégio político ou social dentro dessa sociedade. Os índios nativos (que ou eram marginalizados ou afastados da sociedade) e os negros africanos eram usados para o trabalho pesado nas lavouras. Na prática, a Venezuela, mesmo governada pela Coroa, possuía certa autonomia política na região.

Muitas revoltas internas começaram a se formar. Em 1797, um grupo de crioulos tentou proclamar a independência da Venezuela, cuja tentativa foi frustrada. Isso foi apenas um prelúdio das revoltas separatistas que começariam a eclodir na América Latina (a independência do Brasil, por exemplo, em 1822). Em 1806, Francisco de Miranda havia empreendido uma tentativa, em vão, de aportar na costa venezuelana com um grupo de mercenários recrutados em Nova York.

Em 1813, uma junta revolucionária nomeou Simon Bolívar como comandante das forças venezuelanas, liderando uma força de resistência contra as tropas espanholas. Em 1815, o general espanhol Pablo Morillo chefiou uma expedição que visava à reconquista da maioria do território de Nova Granada, porém, mal administrada pela elite local, caminhou para o fracasso. Entretanto, sob a liderança de Bolívar e com a colaboração dos crioulos da região, de mercenários ingleses e o apoio do Haiti, em 1819, a independência da região é obtida, passando a se chamar de Grã-Colômbia (essa região era a combinação do que hoje corresponde aos países da Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador), cuja capital seria sediada em Bogotá. Em 1824, a Grã-Colômbia presidida por Bolívar engendrou novas campanhas militares para lutarem em prol da liberdade do Peru e da Bolívia.

As desavenças internas eclodiram na Grã-Colômbia, quando Bolívar estava conduzindo as referidas campanhas militares, sua credibilidade não era a mesma durante a luta pela independência da região, tornando difícil manter a união do país. A Venezuela se dividiu em 1829, sendo seguida pelo Equador. Bolívar morreu em 1830, na cidade de Santa Marta na Colômbia desiludido, pois seu projeto de integração da região havia falhado.

venezuelana, devido à falta de fontes com credibilidade acadêmica, foram praticamente retiradas da fonte citada. Porém, contou com o auxílio do sítio oficial do governo venezuelano, MINISTERIO DEL PODER POPULAR DEL DESPACHO DE LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Dirección General de Gestión Comunicacional y la Dirección de Tecnología y Sistemas. **Historia**. Caracas, 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ve/venezuela_historia.html>. Acesso em 08 de outubro de 2008.

Já em 1830, a Venezuela deixa a federação (a Grã-Colômbia) e o general José Antonio Paz foi nomeado presidente com o apoio da Assembléia Constituinte. Permaneceu no poder até 1848 sob o apoio da oligarquia local. Seu governo foi marcado pela reestruturação da economia nacional, perda da autonomia da Igreja na área educacional, penalidades de morte por crimes políticos, dentre outras. A partir de então, segue-se um longo período de ditaduras militares e guerras civis na região e litígios fronteiriços.

Adentrando no século XX, grandes jazidas de petróleo foram descobertas e, em 1945, uma revolução na Venezuela derruba o regime ditatorial existente, abrindo os caminhos para a democracia. Pela primeira vez na história venezuelana, um partido político – a Ação Democrática (AD), de tendência social-democrata – chega ao poder chefiado por Rómulo Bittancourt. Em 1947, uma nova Constituição foi aprovada e previa a realização de eleições presidenciais. Nesse sentido, a AD elege para a presidência Rómulo Gallegos, que instituiu o voto universal e a ampliação das reformas sociais no país, mas é deposto pelos militares no ano seguinte.

Assim, chega ao poder o ditador Marcos Pérez Jiménez, em 1953, sendo deposto em 1958, retornando o período de democracia que existia na Venezuela. No mesmo ano, são realizadas novas eleições e Rómulo Bittancourt foi reeleito, dando a vitória mais uma vez para a AD. Surge, então, um novo partido, a Copei – Partido Social-Cristão. Seu governo foi relativamente estável, havendo a cooperação dos dois partidos para o desenvolvimento do país. Lançou programas contra o analfabetismo, auxílio a agricultura e à saúde e ao desenvolvimento da indústria doméstica. O crescimento econômico ocorria a passos largos, porém sua gestão sofreu com o surgimento de revoltas internas no início da década de 1960. A República Dominicana e Cuba apoiaram os insurgentes comunistas venezuelanos, resultando no rompimento de relações diplomáticas com esses países em 1960-61. Naquele mesmo período, a Venezuela participou na fundação da Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP.

Em 1969, Rafael Caldera, do Copei, é eleito presidente e inaugura um período de paz e prosperidade política e econômica no país. Posteriormente, foi eleito, em 1974, Carlos Andrés Pérez, da AD, que liderou um país fortalecido com a alta dos preços do petróleo até 1978, favorecendo as elites e as exportações e pouco fazia para combater a pobreza. Logo em seguida, em 1983, a AD elege outro presidente, Jaime Lusinchi, gestão marcada pelos escândalos de corrupção, queda dos preços do petróleo e o decreto de moratória da dívida externa em 1988.

Reeleito em 1989, Andrés Pérez adotou um pacote econômico rigoroso que visava o desenvolvimento regional, o tratamento da dívida externa e o estímulo aos setores industriais locais. Todavia, seus resultados foram o aumento dos debates internos sobre a tentativa de diminuição das tarifas, a redução da intervenção do governo que afetava a economia, assim como as inúmeras tentativas de golpe para derrubá-lo do poder. No mesmo ano, destaca-se uma revolta interna que ficou conhecida como *El Caracazo*, que foi o resultado do descontentamento interno com relação ao plano econômico adotado por Pérez voltado para o FMI.⁷¹

Em 1992, Ocorreu uma tentativa frustrada de depor Andrés Pérez, levando a prisão milhares de militantes, entre eles o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías. Chávez fundou o movimento nacionalista que clamava por uma revisão da política econômica, bem como o combate à corrupção. Pérez deixa o poder em 1993 sob a acusação de desviar 17 milhões de dólares dos cofres públicos venezuelanos.

No mesmo ano, Rafael Caldera é reeleito e concedeu a anistia a Chávez. Em 1994, encontrou o sistema bancário em crise e tentou adotar planos econômicos de cunho populista, antes de direcionar a economia para o plano internacional. Devido à grande incerteza existente dentro do país, Caldeira aplica, em 1996, um plano econômico sob a orientação do FMI. Isso provocou um grande número de protestos e greves, contribuindo para o aumento da desestabilização do ambiente interno venezuelano. E em 1998, Hugo Chávez ascende ao poder, eleito presidente com 56,2% dos votos. A plataforma política do novo presidente consistia basicamente em combater a corrupção, a pobreza e diminuir o poder das elites.

Instaurou-se uma nova fase na história venezuelana. Chávez começou a implantar reformas estruturais no país. Uma delas foi o referendo, realizado em 1999, para a convocação de eleições para a constituição da Assembléia Nacional Constituinte, na qual o governo obteve a maioria das cadeiras. Colocou em prática um plano econômico emergencial (contando com as receitas geradas pelo petróleo) que previa a construção de casas populares e incentivos aos pequenos produtores.

Com a nova Constituição, aprovada pelo referendo naquele mesmo ano, iniciou-se as mudanças políticas para a Venezuela. O Presidente Chávez mudou nome oficial do país, passando a ser ‘República Bolivariana da Venezuela’, em homenagem a Simon Bolívar, e reestruturou as instituições do Estado. Eliminou o Senado, adotando o Parlamento

⁷¹ A 19 ANOS do “Caracazo”: continua desperta a consciência de um povo. **Radio Nacional de Venezuela**. Caracas, 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=32&t=61759>>. Acesso em 02 de dezembro de 2008.

unicameral; aumentou os poderes atribuídos ao Presidente; estendeu o mandato presidencial para seis anos com direito à reeleição; intensificou a importância do monopólio do petróleo; reforçou a seguridade social e reduziu a jornada de trabalho para 44 horas semanais.

A partir de então, o Presidente Chávez começou a demonstrar sua maneira pouco tradicional de conduzir o país, o que gerou desconforto e incerteza no cenário internacional atual. Sua ideologia empregada, suas decisões de política externa e algumas condutas adotadas pelo Presidente Chávez perante a comunidade internacional serão discorridas em capítulo próprio.

2.3 A ‘Era Chávez’

O presente capítulo tratará da trajetória política de Hugo Chávez Frías para ascender ao cargo de Presidente da República, bem como suas principais iniciativas que culminaram nas mudanças hoje encontradas na estrutura da atual Venezuela.

Para compreender como essas mudanças foram aplicadas, será também abordado um breve panorama histórico, político e social no qual esse país se encontrava antes do início da chamada ‘Era Chávez’.

2.4 Períodos turbulentos e transição para a ‘Era Chávez’

A década de 1990, como explanado no capítulo anterior, foi marcada por turbulências políticas e econômicas na Venezuela. Em 1992, Carlos Andrés Pérez, o Presidente na época, sofreu uma tentativa de Golpe de Estado frustrada, que resultou na prisão do então tenente-coronel Hugo Chávez. Porém, em 1993, Andrés Pérez deixa o poder sob a acusação de corrupção e desvio de dinheiro dos cofres públicos. No mesmo ano, Rafael Caldera é reeleito presidente e lidera o país com uma política econômica orientada pelo Fundo Monetário Internacional, resultando forte instabilidade interna (greves e manifestações populares). Foi então que, sob esta atmosfera de instabilidade nacional, em 1998, Hugo Chávez é eleito com mais de 50% dos votos, e sua plataforma governista consistia no combate à pobreza, à corrupção e à distribuição equitativa da renda.⁷²

⁷² VENEZUELA. In: **Encyclopedia Britannica**. Chicago: Britannica Cooperate Site, 2008. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/625197/Venezuela/219051/History#ref=ref407766&tab=active~checked%2Citens~checked&title=Venezuela%20%3A%3A%20History%20-->>

Alvarez, citado por Carlos A. Romero, acrescentou que:

“A partir desse momento, Chávez comandou a formação de uma aliança política formada por três grandes setores – o militar, que o acompanhava desde 1992, e mesmo antes. O revolucionário tradicional, uma esquerda que o viu como uma figura providencial; e grupos culturais, empresariais e sociais que de algum modo se tinham afastado da política tradicional, não vinham participando da luta política, estavam marginalizados do poder, provinham da derrota da Luta Armada na Venezuela dos anos 1960, ou que simplesmente viam com olhos oportunistas a tendência do processo político nacional.”⁷³

2.4.1 *Início do Governo Chávez*

Quando Chávez tomou posse em 1999, a Venezuela ficou caracterizada pelo seguinte estilo de governo: o elevado grau de presidencialismo e personalismo na figura de Chávez, cujo apoio e manutenção provem da população e sendo ilustrado durante o processo de relegitimação eleitoral do Executivo e do Legislativo no pleito de julho de 2000, bem como no referendun revogatório presidencial em 2004. Carlos A. Romero explana acerca do período inicial do Governo Chávez e de como sua imagem como presidente foi considerada por muito como pouco ortodoxa. Quanto à economia, os altos preços do petróleo deram ao país uma visão equivocada de estabilidade “monetária cambial e da inflação, promovendo a despesa pública e comprometendo-se a um endividamento interno sustentado.”⁷⁴

Já o lado histórico, continua Romero, a diversidade ideológica da oposição encontrou na figura de Chávez um possível caminho para chegar ao poder. Então:

“Chávez reviveu e implantou no governo e no país uma visão econômica estruturalista e anticapitalista baseada nas idéias do fortalecimento do Estado como instrumento central do desenvolvimento e do protecionismo à indústria nacional, formado assim um pacote ideológico ‘antiocidental’ configurado em uma cosmovisão antiimperialista.”⁷⁵

%20Britannica%20Online%20Encyclopedia>. Acesso em 08 de setembro de 2008.

⁷³ ÁLVAREZ, apud ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005, p. 209.

⁷⁴ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 211.

⁷⁵ KELLY, apud ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 211.

Chegando ao final de 2001, salienta Romero, a Venezuela viu surgir algumas tendências que vislumbravam o momento decisivo para a manutenção do regime chavista. Uma foi a própria imagem pouco formal criada pelo Presidente Chávez, marcada por sua oratória, gestos, formas de comunicação expressivas e colocações políticas que indicavam uma personalidade complexa, afastando-o da classe média e de alguns setores populares, mesmo em menor medida. Outra foi a deterioração da sua legitimidade, uma vez que a personalização do processo de mudança afetava também a sua legitimidade como Chefe de Estado. Outra situação apontada pelo autor, durante o corrente daquele ano, foi o enfraquecimento da situação política, ao mesmo tempo em que renascia uma oposição mais estruturada, que agia através de instituições como a Fedecâmaras e a CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela), além de algumas Organizações Não-Governamentais.⁷⁶

Essa aliança oposicionista resultou na greve nacional de novembro de 2001, que durou doze horas e obteve forte apoio da mídia.⁷⁷ O Presidente então revidou, acusando a oposição e os meios de comunicação de agitadores que tentavam derrubá-lo do poder, culminando em mais outro período de instabilidade política.

O ano seguinte foi caracterizado pelas fortes manifestações dos oposicionistas ao governo. Ocorreram greves setoriais, uma greve geral e outros conflitos que resultaram violência. A oposição era mais evidente através dos meios de comunicação privada, culminado na ameaça, por parte do governo, de intervenção ou o fechamento deles. Entretanto, continua Romero, um fato marcando naquele ano de 2002, foi a rebelião cívico-militar de 11 de abril, que ficou conhecida como *El Carmanazo*. Para Romero, as causas que contribuíram para a eclosão da revolta se devem a três fatores: “o descontentamento da classe média, dos empresários e de parte dos trabalhadores” com a maneira que Chávez regia o país; “a fragmentação das forças armadas”, cuja instituição coexistiam vários grupos contribuindo para o surgimento de rivalidades ideológicas e políticas entre eles; e o desgaste generalizado ocasionado pelo Presidente contra “a Igreja, a PDSVA (empresa petrolífera estatal, onde foram despedidos mais de 18 mil trabalhadores , gerando a greve geral de março de 2002 e outra em fevereiro de 2003) e os meios de comunicação.”⁷⁸

⁷⁶ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 211.

⁷⁷ COMEÇA a greve nacional na Venezuela. **Folha Online**, São Paulo, 10 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u34533.shtml>>. Acesso em 10 de outubro de 2008. Na reportagem citada afirma que a greve iniciou-se na primeira quinzena de dezembro de 2001 e não em novembro como comentou Carlos Romero em seu artigo salientado a seguir. Para fins desta pesquisa, considere o explanado pelo artigo do Professor Romero.

⁷⁸ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 212. A greve geral de 2002, será comentada, como um dos fatores que contribuíram para a construção da atual imagem do Presidente Chávez, no capítulo seguinte.

Mesmo com essas greves gerais, afirmou Romero, Chávez conseguir manter “o controle da situação, com o apoio da maioria dos oficiais das Forças Armadas.” A partir de então:

“Para Chávez (e os seus seguidores mais próximos) quem quer derrubá-lo são os setores ligados à indústria do petróleo e aos Estados Unidos, que pretendem “castigá-lo” por governar para os pobres, e também pelos preços elevados do petróleo, que há dois anos de certo modo ajudou a aumentar a política de reduzir a produção adotada pela OPEP. Em segundo lugar, o Presidente Chávez sabe que há uma conspiração da mídia, que pretende desprestigiar-lo internacionalmente, e que tem ramificações mundiais.”⁷⁹

Já em novembro de 2002, a oposição criou a Coordenação Democrática, com o objetivo de reunir os grupos sociais que se opõem ao governo. Sua meta, a princípio era convocar um referendun consultivo, de acordo com a nova Constituição de 1999 (a Constituição ‘Bolivariana’ que será abordada mais adiante), e assim provocar a renúncia do Presidente. Contudo, a Sessão Eleitoral do Supremo Tribunal de Justiça venezuelano negou o pedido, em janeiro de 2003. Porém, aquela Coordenação fez outra tentativa que ficou conhecida como o chamado *Firmazo*, cujo escopo era angariar o número de assinaturas necessárias para convocar um referendun revocatório presidencial (RVP).⁸⁰

Em agosto de 2003, foram obtidas mais de três milhões de assinaturas que foram depositadas junto ao Conselho Eleitoral Nacional. Entretanto, em setembro do mesmo ano, o Conselho determinou que haviam problemas técnicos quanto às assinaturas. Com isso, a instituição começou o recolhimento das assinaturas (processo que ficou conhecido como *El Reafirmazo*), para mais uma tentativa de convocar o referendun, de acordo com a Carta Magna vigente, que por sua vez recolheu mais de três milhões e meio de assinaturas. O Conselho, mesmo com reservas, aceitou o requerimento, marcando o pleito para 15 de agosto de 2004, que contou com a aceitação pacífica da população.⁸¹

Sobre o período anterior ao pleito, Romero salienta que:

“O desenvolvimento político no sentido do referendun revocatório presidencial manifestou uma enorme falta de confiança das partes interessadas. Embora tivesse aceito o referendun, o

⁷⁹ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 212-213. A sigla OPEP significa: Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

⁸⁰ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 213.

⁸¹ ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 213-214.

governo se via confrontado por uma crise de legitimidade, devido a escândalos de corrupção no mundo do petróleo, à duvidosa campanha de inscrição no Registro Eleitoral Permanente (REP), as reservas a respeito do processo de automatização do referendun e a politização da administração pública. Por parte da oposição observou-se um atraso no preparo da organização dos votantes, e a discussão desnecessária sobre o processo de transição (cujo tema era o que fazer caso Chávez deixasse a presidência), que desviou a atenção do objetivo fundamental: conseguir a vitória no referendun.”⁸²

Chávez saiu vitorioso, com aprovação superior a 50%, porém com um número muito alto de abstenções (30%). Heyd Más, professor da Universidade Central da Venezuela, escreveu um artigo sobre o referendun em questão. Além de confirmar a vitória do Presidente Chávez, ele afirmou, ainda, que o apoio do Presidente foi considerável “nas zonas rurais e nas cidades pequenas e médias do que as mais populosas”, e que o seu resultado confira “três características básicas da situação política venezuelana atual.”⁸³

O primeiro ponto, continua, é que o governo ainda conserva uma base eleitoral sólida, apesar das crises ocorridas durante o ano de 2002. E que ainda “essa reafirmação de sua legitimidade democrática mostra uma importante consolidação de apoio a seu governo entre os setores populares”, resultado de uma “profunda mudança na cultura política, que se expressa em níveis de organização e participação popular anteriormente desconhecidos no país”, sendo resposta às políticas governamentais nas áreas sociais.⁸⁴

O segundo ponto fala que o país possui uma sociedade bastante dividida e é caracterizada pelas classes sociais, e, portanto, “o discurso de Chávez não criou a sociedade venezuelana, apenas lhe deu visibilidade”. E o terceiro ponto diz que “o comando da oposição venezuelana, em sua reação à derrota eleitoral, demonstrou uma vez mais pouca disposição em aceitar as regras do jogo democrático, quando estas não o favorecem”.⁸⁵

⁸² ROMERO, A. Carlos. *op. cit.*, p. 214.

⁸³ MÁS, Heyd. **Revista Teoría e Debate**. “O referendun revogatório na Venezuela”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 18, n. 60, p.54-57, nov./ dez. 2004, p.54.

⁸⁴ MÁS, Heyd. *op. cit.*, p. 55. As chamadas *Misiones* são políticas sociais voltadas para as populações mais carentes. Os programas atingiam objetivos distintos, mas complementares. A *Misión Robinson* é um projeto cívico-militar voltado para a alfabetização; a *Misión Ribas* visa ampliar o acesso ao ensino médio, incentivando a continuidade dos estudos; a *Misión Sucre* contempla o acesso ao ensino superior, principalmente para os alunos de baixa renda; a *Misión Mercal* trata da comercialização de alimentos e outros gêneros de primeira necessidade para garantir fornecimento para a baixa renda, incentiva as pequenas empresas e cooperativas; a *Misión Bário Adentro*, com parceria de médicos cubanos, oferece atendimento médico para os mais pobres; o plano *Misión Zamora* trabalha com a reforma agrária e demais serviços para os agricultores; e a *Misión Velvan Caras* oferece capacitação profissional, formação sociocultural para a geração de emprego permanente em áreas como o turismo.

⁸⁵ MÁS, Heyd. *op. cit.*, p. 56.

A derrota sofrida no pleito fez com que a liderança oposicionista, disserta Carlos Romero, intensificasse as denúncias de corrupção e fraude no processo eleitoral e que começassem os preparativos das eleições para governadores e prefeitos que aconteceria em outubro do mesmo ano.⁸⁶

Emergiu, então, uma intensa discussão acerca da participação da oposição nas eleições e a recusa do Centro Carter e da OEA⁸⁷ em participarem como observadores. Uma das vertentes oposicionistas queria denunciar o processo eleitoral e pressionar seu cancelamento, solicitando sua prorrogação para depois de obter-se consenso sobre a depuração do Registro Eleitoral Permanente (REP) e a regularidade do processo. Outra vertente defendia o não cancelamento, mas participar da eleição e deixar o pleito sob o comando dos governistas a fim de obter todos os cargos. Outra defendia que mesmo com todos os problemas, a oposição deveria participar das eleições.⁸⁸

O resultado a ser considerado desse pleito, segundo Romero, foi a abstenção elevada de 54,7% e os governistas ficaram com a maioria dos governadores e municípios. Mas, reforça o autor, “a abstenção muito alta, que prejudica tanto governo como oposição, e mostra que o povo venezuelano está cansado de tanta politização, e desconfia cada vez mais das instituições eleitorais”, revelando que a base política do governo enfraqueceu, pois os “governistas saíram vitoriosos com a margem de votos muito pequena, em um contexto de grande abstenção do eleitorado”, ou seja, uma grave crise de governabilidade.⁸⁹

Considerando os fatos acima relatados, pode-se observar três fases (a seguir) que compõem o atual governo venezuelano, na qual são fundamentais para compreender a postura do Presidente Chávez.

2.4.2 As fases do Governo Chávez

Depois de assumir a presidência da Venezuela, Hugo Chávez inaugurou uma nova fase para a política venezuelana, como descreve Francine Jácome, “no qual se fortalecem a perspectiva do multilateralismo e a integração econômica como eixos centrais”.⁹⁰

⁸⁶ ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005, p. 214.

⁸⁷ Organização dos Estados Americanos.

⁸⁸ ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005, p. 215.

⁸⁹ ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 216.

Jácome discorre acerca deste período, descrevendo, assim, o que considera as três fases do Governo Chávez. A primeira, de 1999 até 2001, foi marcada pela reconstrução das diretrizes para formulação de uma ‘ordem econômica, política e social’ venezuelana. Durante esse período ocorreu a convocação da Assembléia Constituinte para a elaboração de uma nova constituição; a mudança do nome oficial do país, passando a ser chamado de ‘República Bolivariana da Venezuela’. A nova Constituição que trazia consigo mudanças relevantes “centradas na democracia participativa e protagônica, bem como um aprofundamento da participação do Estado na vida econômica do país”. Jácome acrescenta ainda que esse período desencadeou os conflitos entre governo e segmentos da sociedade, levando à primeira paralisação geral nacional. A segunda etapa encontra-se no período de 2002 a agosto de 2004, marcado pela “fragmentação e pela confrontação”. Começou com a intensificação dos conflitos entre governo e oposição resultando em uma crise de governabilidade. Ocorreram inúmeras manifestações favoráveis ou não ao governo que resultaram em atos de violência. Exemplo disso foram as manifestações de abril de 2002, durante a paralisação cívica nacional que durou 63 dias e na demissão de 50% dos operários da ‘Petróleos de Venezuela’ (PDVSA). Jácome afirmou ainda que este “foi um período de crescente polarização, intolerância e violência que levou cada vez mais a um enfrentamento do tipo soma zero”⁹¹, resultando, em agosto de 2004, o Referendo Revogatório Presidencial favorecendo o Presidente Chávez.

A terceira fase dar-se-á de setembro de 2004 até os anos atuais, marcada pela “radicalização da Revolução Bolivariana e a proposta de construção do socialismo do século XXI”, resultando o fortalecimento, através do referendo, dos setores oficiais e “levaram ao deliberamento, à fragmentação e à divisão dos setores de oposição”.⁹² Jácome, por fim, analisa essa fase como sendo altamente vinculada à política petrolífera venezuelana, pois:

“As altas receitas do petróleo permitiram aprofundar um modelo estatista que, segundo vários analistas, também tomou um caminho cada vez mais autoritário e personalista, ainda que,

⁹⁰ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 63.

⁹¹ JÁCOME, Francine. *op. cit.*, p. 64. O Realismo Clássico das Relações Internacionais explica o ‘jogo de soma’ como um artifício dos quais os Estados utilizam para manterem-se como a nação hegemônica e assim aumentar seus ganhos absolutos, adotando a seguinte lógica, quando um Estado ganha, outro necessariamente tem que perder, pois neste jogo não há ganhos relativos entre as nações.

⁹² JÁCOME, Francine. *op. cit.*, p. 64-65.

apesar disso, o presidente tenha sido reeleito com ampla maioria, em dezembro de 2006, para um novo período de 6 anos.”⁹³

Com isso, pôde-se observar o quão impactante foi a chegada de Hugo Chávez ao poder, bem como os seus discursos carregados pelos ideais ‘bolivarianos’ de integração latino-americana fazendo fortes críticas a Washington e sua política imperialista e neoliberal. Este discurso que tem como principal objetivo obter espaço e apoio da sociedade latina, para assim conceder à Venezuela o papel de ‘provedor da integração’ e possibilitando ao continente um novo modelo de integração, com forte apelo a um novo modelo de socialismo moldado para o século XXI.⁹⁴

2.4.3 O Bolivarianismo na política venezuelana

A tese na qual Hugo Chávez vem defendendo desde o início do seu mandato, em 1999, foi a chamada ‘Revolução Bolivariana’. O primeiro passo empreendido por ele foi o nascimento da Constituição Bolivariana da Venezuela de 1999, rompendo com a tradição constitucional que prevalecia desde 1961.⁹⁵

Carlos Ramírez, dissertando sobre o assunto, salientou que a Revolução Bolivariana começou a guiar a Venezuela rumo a uma “democracia social de direito e de justiça, de respeito aos direitos humanos através da vida coletiva baseada na liberdade, igualdade, solidariedade e na equidade”. Já no plano internacional, continua, inauguram-se mudanças na estrutura da identidade tradicional da política externa venezuelana. Esta mudança estrutural teve início com a ruptura de alianças tradicionais que o governo venezuelano mantinha, como os Estado Unidos, salientadas por Ramírez, com o intuito de demonstrar a nova identidade da nação na busca por um mundo multipolar; reformular o conceito corriqueiramente aplicado de ‘democracia representativa liberal’ para ‘democracia

⁹³ JÁCOME, Francine. *op. cit.*, p. 65.

⁹⁴ MAYA, Margarida López e LANDER, Luis E. **Política Externa**: “Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?” São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, v. 15, n.4, p. 07-22, mar./abril/maio 2007. O termo ‘socialismo do século XXI’ segundo a referência em apreço, não tem uma definição exata, mas pode-se entendê-la como uma espécie de socialismo baseado nos princípios de integração regional de Simón Bolívar adotados por Hugo Chávez em seus discursos.

⁹⁵ RAMÍREZ, Carlos S. Luna. **Cadernos Adenauer – Promessas e esperanças – eleições na América Latina 2006**: “Eleições presidenciais na Venezuela 2006 – consolidação do projeto da ‘Revolução Bolivariana’ e a reafirmação da oposição democrática”. Rio de Janeiro: ano VII, v. 7, n.4, p.103-115, out. 2006, p. 103.

representativa e protagônica’, propondo-se como uma “nação antiocidental, antiglobalizadora, terceiro-mundista e apoiada em seu potencial petrolífero e gasífero”.⁹⁶

Agora o desafio está lançado. Como colocar esses temas em prática. Uma observação feita por Ramírez é que o período inicial do Governo chavista foi marcado por uma série de “marchas e contramarchas” e de adaptações da revolução ao contexto mundial atual. Ele menciona o comentário feito pelos jornalistas venezuelanos Cecília Caione e Hernán Lugo Galicia, que afirmam:

“Chaves, em 1998, acreditava em uma democracia revolucionária, nacionalista, menos representativa e mais participativa em prol da humanização do capitalismo; posteriormente, a formulação da “terceira via” proposta pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair teve certa repercussão em suas idéias; Chávez, posteriormente, volta seus olhos para Cuba e para Fidel Castro, com que a Revolução Bolivariana adquire sua dimensão socialista, cujo estandarte é o “socialismo do século XXI, algo ainda que está por definir.”⁹⁷

Inicia-se uma fase de transformações na Venezuela, na qual o Presidente Chávez enveredou-se pelo caminho da revolução. O Primeiro passo foi a reforma da Constituição, com o objetivo de adequá-la aos princípios do bolivarianismo, dando um caráter socialista ao país. Mudou-se o nome oficial do país para ‘República Bolivariana da Venezuela’. Uns dos principais pontos defendidos pela nova Constituição referem-se valores sociais do trabalho e da participação do povo nas decisões políticas. Já na área econômica, observa-se a participação ativa do Estado.

O projeto elaborado pelo governo bolivariano para o futuro (2007-2013), comentado por Ramírez, são: “a reeleição indefinida do presidente da República e a formação de um partido único da Revolução”, contradizendo os princípios de alternância de poder presente na maioria dos governos latino-americanos.⁹⁸

Sobre esse tema, a *Revista Diplomacia, Estratégia e Política* publicou o discurso que o Presidente Chávez fez referente ao início da construção do Partido Socialista Unido, em 24 de março de 2007. Nele, Chávez constantemente exalta a participação popular e a união da

⁹⁶ RAMÍREZ, Carlos S. Luna. *op.cit.*, p. 108.

⁹⁷ CAIONE, Cecilia e LUGO GALICIA, Héran. “Chávez construyó um ‘Estado Paralelo’ para cumplir sus promesas e sueños”. *El Nacional*. Domingo 26 de novembro de 2006, p. A-8 apud RAMÍREZ, Carlos S. Luna. *op.cit.*, p. 108.

⁹⁸ RAMÍREZ, Carlos S. Luna. **Cadernos Adenauer – Promessas e esperanças – eleições na América Latina 2006**: “Eleições presidenciais na Venezuela 2006 – consolidação do projeto da ‘Revolução Bolivariana’ e a reafirmação da oposição democrática”. Rio de Janeiro: ano VII, v. 7, n.4, p.103-115, out. 2006, p. 109.

sociedade para compor um partido sólido e coeso. Clama à juventude que espalhe as iniciativas de uma sociedade mais unida, afirmando que:

“Temos que inventar esse nosso novo partido que é, efetivamente, uma profunda e imensa necessidade política, social, estratégica, tática, plena necessidade; criar um poderoso instrumento, uma nova e poderosa organização, flexível, dinâmica, unida, unitária. (...)”

“Um dos maiores “seguros de vida” que possa existir neste caso é a força popular unida. Porquê...? Simplesmente porque a oligarquia tem medo de um povo que ruga unido, por isso é que procuram tanto dividir-nos, minimizar o apoio popular, com campanhas desfigurando nosso discurso, tratando de satanizar-me; porque se conseguirem debilitar, se conseguirem dividir o povo, confundir o país e debilitar a força revolucionária, isto é, dividir-nos, se conseguissem, tenham certeza de que viriam com toda a força; em troca, se nós conseguirmos aumentar a nossa força unitária eles vão pensar um milhão de vezes.”⁹⁹

O outro ponto fala da transição de Estado descentralizado para centralizado, contrariando a definição de Estado Federal, todavia amplia os poderes do presidente. E a última, não menos importante, trata das concessões dadas pelo governo às redes de comunicação privada, rechaçando os que são contrários ao governo.¹⁰⁰

Pode-se agora identificar, baseado no exposto anteriormente, os alicerces que compõem o conceito da ‘integração bolivariana’. Francine Jácome salienta que essa integração visa um modelo que ultrapasse o nível econômico comercial, permitindo a coordenação também nas estratégias sociais, políticas, de segurança e dos atos diplomáticos internacionais. Ou seja:

“É um modelo que se centra na produção social e no Estado e, portanto, reproduz uma tendência eminentemente estatista, já que estabelece que será o Estado que propiciará que o “povo” se converta em protagonista da integração, ao promover o intercâmbio entre pequenos produtores, comerciantes e cooperativas.”¹⁰¹

⁹⁹ CHÁVEZ, Hugo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**. “Acerca da grandíssima importância de um partido”. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 6, p. 202-228, abril/jun. 2007, p. 202 e 212.

¹⁰⁰ RAMÍREZ, Carlos S. Luna. **Cadernos Adenauer – Promessas e esperanças – eleições na América Latina 2006**: “Eleições presidenciais na Venezuela 2006 – consolidação do projeto da ‘Revolução Bolivariana’ e a reafirmação da oposição democrática”. Rio de Janeiro: ano VII, v. 7, n.4, p.103-115, out. 2006, p. 109.

¹⁰¹ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 70.

O outro alicerce diz respeito à proposta de um novo modelo integracionista que estaria relacionada com o aspecto militar.¹⁰² Maya e Lender salientam um fator implícito no aspecto militar, o personalismo. Sempre houve uma tendência por parte de Chávez em exercer o poder de modo personalista, pois “rompeu a independência necessária entre os poderes públicos em um sistema que se qualifica como democrático”, e ainda diz que:

“O personalismo limitou a possibilidade de que no interior das forças chavistas se desenvolvam um genuíno debate democrático sobre os rumos do país, por exemplo, o que se entende como socialismo do século XXI, assim como a sua formação, por direito próprio, de uma legítima e reconhecida liderança coletiva.”¹⁰³

Observa-se que a forte influência que Simón Bolívar exerce no pensamento político de Hugo Chávez faz com que suas ações sejam consideradas exageradas. A seguir, será discutido como suas ações são relevantes para compreender as relações internacionais atuais no continente sul-americano e como a teoria Realista pode apontar algumas justificativas para a sua conduta.

2.5 As relações diplomáticas e tentativas de cooperação conturbadas entre a Venezuela e seus vizinhos sul-americanos.

A Venezuela sempre enfrentou grandes dificuldades no estabelecimento das suas relações de parcerias e de cooperação com os seus vizinhos latinos. Amado Cervo observa essa situação, ao afirmar que a política externa venezuelana, desde a década de 1950, encontrava-se em uma eterna contradição (ou ‘impulsos contraditórios’, como colocou o autor) no que diz respeito às suas relações regionais: “ou controlava a cooperação e a integração, ou desprezava-la”. E esses impulsos contraditórios, continua o autor:

“(...)apoiar-se-iam, desde então em duas percepções que alimentariam o sentimento de autoconfiança: a superioridade econômica advinda da riqueza petrolífera e a superioridade política advinda da tradição democrática.”¹⁰⁴

¹⁰² JÁCOME, Francine. *op.cit.*, p. 71.

¹⁰³ MAYA, Margarida López e LANDER, Luis E. **Política Externa**: “Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?” São Paulo: Ed. Paz e Terra, v. 15, n.4, p. 07-22, mar./abril/maio 2007, p 12.

¹⁰⁴ CERVO, Amado Luiz. **A Venezuela e seus vizinhos**. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Amado%20Cervo.doc>> .Acesso em 12 de novembro de 2007,

Desde então, a Venezuela passou a utilizar a sua vantagem na produção de petróleo como uma espécie de ‘moeda de barganha’, buscando assim poder e espaço no cenário político latino-americano, sobretudo em relação a sua aproximação com os países do Caribe e com regimes não democráticos, como Cuba, e ao estremecimento de suas relações com os Estados Unidos, através de seus discursos antiimperialistas e sua aproximação com as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Desde a década de 1950 até meados dos anos de 1980, várias foram as tentativas, sobretudo do Brasil, de aproximação com o vizinho venezuelano. Contudo, foi durante a década de 1990 que os esforços para a cooperação foram frutíferos. Com a disseminação da globalização e o aumento do poder hegemônico norte-americano, a necessidade de um processo de integração para a América Latina tornou-se imprescindível. Assim, como Amado Cervo explana, havia pontos em comum a serem considerados:

“Os novos eixos de cooperação ao norte e ao sul do Brasil tinham causas em comum, no plano político: a consolidação da democracia, uma atitude de maior introspecção latino-americana em substituição à introspecção nacional dos países e a presença ativa dos governos em grupos regionais de concentração política e econômico-financeira, (...)”¹⁰⁵

tornando, assim, a possibilidade de uma potencial integração regional numa proposição viável e vantajosa.

Foi assim, que em 1998, Hugo Chávez Frias chegou à presidência da Venezuela, em meio a um ambiente político conturbado, em meio a uma década cheia de escândalos políticos, dando início a uma nova fase na política venezuelana, bem como um novo sistema político marcado pelo nacionalismo social, finalizando uma era de governos conservadores acompanhado pela experiência neoliberal existente.¹⁰⁶

2.6 A atual política externa da República Bolivariana da Venezuela

Com a chegada de Chávez ao poder, a Venezuela entrou numa nova fase de transformação política e estrutural. Carlos A. Romero, professor titular da Universidade

p. 01.

¹⁰⁵ CERVO, Amado Luiz. *op. cit.*, p. 06.

¹⁰⁶ CERVO, Amado Luiz. *op. cit.*, p. 07.

Central da Venezuela, em artigo publicado pela *Revista Diplomacia, Estratégia e Política* (publicação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil), analisa como essa transformação da política venezuelana ocorreu.

Antes da nova Constituição de 1999, a política venezuelana era “populista baseada na conciliação das elites”.¹⁰⁷ Este estilo de política foi bastante criticado, segundo Romero, pois, “na verdade, considera-se que a democracia venezuelana estava seqüestrada por um Estado capturado por elites separadas de uma maioria que não se beneficiava com o poder, e que não tinha acesso às decisões públicas” e ainda afirmou que “a chave para compreender as mudanças políticas ocorridas na Venezuela era a riqueza petrolífera do país”.¹⁰⁸

A Venezuela, até alcançar a estabilidade que tem hoje, passou por períodos conturbados em sua história. Um dos períodos conturbados citados por Romero, diz respeito ao segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), que prometeu acabar com a crise do sistema através da orientação do Consenso de Washington¹⁰⁹. A consequência disso foi a “violência social e a desavença política”, um exemplo, foi a tentativa de Golpe de Estado em 1992 (da qual Hugo Chávez participou), a crise constitucional, a saída do Presidente Pérez em 1993 e numerosas dificuldades políticas.¹¹⁰

Muitas foram as iniciativas de sanar essa crise política e institucional que pairava sobre o país. No governo de Rafael Caldera (1994-1999), continua Romero, buscaram-se alternativas para solucionar as causas da crise, presumindo que o “sistema de conciliação das elites não estava propriamente esgotado, mas apenas desvirtuado, e que a estabilidade perdida seria recuperada com o retorno aos ‘cânones’ originais.”¹¹¹

Quando Hugo Chávez assume o poder, em 1998, toda essa estrutura política começa a ser reestruturada (o desenvolvimento do Governo Chávez será discutido no capítulo

¹⁰⁷ ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005, p. 198.

¹⁰⁸ ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 199.

¹⁰⁹ O Consenso de Washington, expressão dada pelo economista John Williamson, foi um conjunto de medidas econômicas, contendo dez regras básicas (disciplina fiscal, reordenamento das prioridades dos gastos públicos em favor dos pobres e do desenvolvimento, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, um tipo de câmbio competitivo, liberalização do comércio, liberalização do investimento estrangeiro direto, privatização, desregulamentação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas – e direitos de propriedade intelectual), acordadas entre as instituições financeiras do governo de Washington, como o FMI e Banco Mundial, objetivando ajudar os países em desenvolvimento que se encontram em crise econômica consideradas necessárias para a América Latina. Mais informações encontradas no site do Fundo Monetário Internacional. WALLACE, Laura. **Carta de la Directora**. Fundo Monetário Internacional. Washington: 2003. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2003/09/pdf/letterfr.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

¹¹⁰ KORNBLITH, apud ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005, p. 200.

¹¹¹ ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 200.

seguinte). No sistema político da Venezuela, predomina uma visão funcionalista, observada pelos aspectos históricos, enfatizando o papel dos partidos políticos e de seus dirigentes (Ação Democrática e Copei), e pelos aspectos político-institucionais, quando afirmam que o sistema político venezuelano foi resultado de um consenso sob a ótica de um sistema populista de conciliação de elite.¹¹²

No final da década de 1980, o sistema político venezuelano atravessou por uma grande crise. Porém, não houveram mudanças na sua estrutura, embora nos últimos anos dois dos seus indicadores mais importantes (o crescimento econômico e o apego à democracia) desmoronaram devido ao “surgimento de uma inflação significativa e do desencanto político manifestado em uma elevada abstenção eleitoral, assim como o apoio circunstancial a dois candidatos vitoriosos contrários ao sistema, com tendências autoritárias: Caldera em 1993 e Chávez em 1998.”¹¹³

Com isso, as mudanças nessa estrutura começaram por meio da Nova Constituição, em 1999. Nela, estão contidos os pressupostos que apoiariam o que o atual Presidente nomeia de “Revolução Bolivariana.” Hugo Chávez teve papel determinante nessas mudanças. Uma delas foi a revisão das

“Relações entre civis e militares, o conteúdo da nova Constituição de 1999, o deslocamento do poder eleitoral por parte dos partidos tradicionais e o retorno a políticas econômicas de tendência protecionista chamava a atenção sobre o que se considera como um novo regime, e para outros é na verdade um novo projeto nacional: a ‘Revolução Bolivariana’.”¹¹⁴

Partindo agora para a atual política externa, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, em 2004, Jesús Arnaldo Pérez¹¹⁵ fez alguns comentários e observações sobre a nova política externa adotada pela Venezuela. O Ministro começou afirmando que, levando em consideração a transição que os governos latino-americanos sofreram durante a migração do regime autoritário das ditaduras militares para a democracia:

¹¹² ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 202.

¹¹³ REY, apud ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 206.

¹¹⁴ CALCAÑO, Gomes; ÁLVARES; URBANEJA; SALAMANCA, apud ROMERO, Carlos A. *op. cit.*, p. 206.

¹¹⁵ Desde 2006, o atual Ministro das Relações Exteriores da Venezuela é Nicolás Maduro Moros. Mais informações disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores venezuelano. Disponível em <<http://www.mre.gov.ve/metadot/index.pl?id=2533;isa=Category;op=show>>. Acesso em 08 de setembro de 2008.

“Na Venezuela, onde o Governo do Presidente Chávez realizou reformas consideráveis, todas as sensibilidades se expressam para manifestar apoio ou reprovação às políticas implementadas, o que é característico de todas as democracias. O povo venezuelano está construindo uma democracia que, dia após dia, fundamenta sua legitimidade no direito. Legitimidade adquirida pelo sufrágio universal, pela vontade do povo, inscrita na Constituição Bolivariana.”¹¹⁶

A Venezuela possuía uma política, em matéria internacional, demasiada defasada. E por isso, segundo Pérez, “o Presidente Chávez propôs uma nova visão e um novo estilo, cujo objetivo essencial é abrir novos espaços no mundo para a Venezuela, em função de novos valores políticos, sociais e éticos, reflexo dos que animam sua gestão no âmbito interno”. Ou seja, era preciso criar novos caminhos e novas alternativas para fazer com que a Venezuela se desenvolvesse e ampliasse seu espaço no cenário internacional. Através deste novo posicionamento, os interesses internacionais do país também foram incorporados pela sociedade, delineando e fortalecendo seus interesses internos, fazendo frente ao mundo globalizado e exigente¹¹⁷, contribuindo para a diversidade de um mundo multipolar.

Pérez disserta sobre o conteúdo da Seção V da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que trata das relações internacionais, definindo qual a conduta internacional adequada a ser adotada pelo país. Nela descreve que:

“As relações internacionais da Venezuela respondem aos fins do Estado, em função do exercício da soberania e dos interesses do povo, sendo competência do Poder Público Nacional a política e a atuação internacional da República, assim como a defesa e a suprema vigilância dos seus interesses gerais.”¹¹⁸

Porém, discorre Pérez, os pontos centrais da Política Externa Venezuelana foram elaborados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2001/2007, com a premissa básica de que “fortalecemos a soberania na integração multipolar”¹¹⁹, sendo as estratégias voltadas para o fortalecimento da ação internacional do país, apoiadas nos seguintes objetivos:

¹¹⁶ PÉREZ, Jesús Arnaldo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Os venezuelanos e a sua democracia” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 1, p. 203-222, out./dez. 2004, p. 203.

¹¹⁷ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 206.

¹¹⁸ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 207.

¹¹⁹ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 207.

- Promoção da democracia na sociedade internacional, visando o estímulo de ações voltadas aos países em desenvolvimento, bem como incentivar a solidariedade e a cooperação entre os atores do sistema internacional;
- Promoção da integração latino-americana e caribenha, para combater as desigualdades sociais e a pobreza dos países da região;
- Consolidação e diversificação das relações internacionais, por meio da cooperação Sul-Sul e ampliação das relações com os demais países e regiões;
- O fortalecimento da posição da Venezuela na economia internacional, para o aumento das exportações de produtos não tradicionais e agregar valor aos tradicionais.

De acordo com esses enfoques, o Presidente Chávez empenha-se na empreitada de aumentar o rol de parceiros comerciais para os produtos venezuelanos e o estreitamento de relações de cooperação com as nações em desenvolvimento, tais como a África, a Ásia, o Oriente Médio e também com a Europa. A Venezuela também se tornou muito atuante dentro dos organismos internacionais do qual ela faz parte, como Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial de Comércio (OMC), a Organização dos Exportadores de Petróleo (OPEP), dentre outros.

Esse novo comportamento é observado por meio das inúmeras visitas que o Presidente Chávez fez às nações estrategicamente relevantes, no recepção de vários Chefes de Estado no território venezuelano e também na promoção de eventos que aumentam a visibilidade do país no cenário internacional (O Fórum Social Mundial realizado em Caracas em 2006 é um dos exemplos que serão discutidos no capítulo seguinte). Tal como afirmou Pérez:

“As visitas oficiais e de trabalho que tem feito (o Presidente Chávez) a nações da Ásia, África, do Oriente Médio e da Europa, bem como a outros países e os numerosos mandatários quem têm visitado a Venezuela atendem ao objetivo de ampliar soberanamente, com base no pluralismo internacional, as possibilidades e alternativas de ação da Venezuela nos mais variados cenários, e com os mais diversos atores. Assim, foram reforçadas as relações com os nossos amigos tradicionais, e estreitadas com novos pólos de poder, como Rússia, Irã, China e Índia.”¹²⁰

¹²⁰ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 207-208.

O país acredita na integração regional, não só comercial e/ou econômica, promovendo-a principalmente no continente sul-americano, base da tese do “bolivarianismo”, que será discutida no capítulo seguinte. É por meio desta integração que os demais países do continente engajariam uma frente de combate à fome e a pobreza, bem como a promoção do desenvolvimento econômico e social.¹²¹

A sua participação nos organismos internacionais também é relevante, como comentado anteriormente. Em algumas de suas participações, o Governo de Caracas tentou promover a realização de suas metas de assistencialismo social. Um exemplo disso foi o êxito da Cúpula da Comunidade Andina de Nações na qual foi aprovada a Declaração de Carabobo, destinada para a promoção da agenda social e a integração econômica entre os países andinos. Outro fator importante, levantado pelo autor, diz respeito à participação ativa venezuelana “nos mecanismos de cooperação e de articulação de esforços entre países em desenvolvimento”¹²², como o Grupo dos 15 e o Grupo dos 77, no qual exerceu a presidência entre 2002 a 2003.

Quanto à questão energética, a Segunda Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da OPEP foi realizada em Caracas em setembro de 2000, trazendo grandes vantagens à política externa venezuelana. Com isso, afirmou Pérez, o país contribuiu:

“Para o fortalecimento da OPEP e nosso compromisso de continuar oferecendo aos consumidores um fluxo de petróleo adequado, oportuno e seguro, a preços justos e estáveis, enfatizando o vínculo entre a segurança, a oferta e a transparência da demanda mundial de petróleo.”¹²³

O tema energia e desenvolvimento passaram a ter grande relevância dentro da agenda da política externa da Venezuela. O país elabora acordos com os países vizinhos para a promoção do fornecimento igual de energia dentro do continente sul-americano, ratificando o forte enfoque nas relações Sul-Sul. Com isso, ocorreu o aumento do intercâmbio tecnológico entre os países, para então incentivar o desenvolvimento econômico, intensificação das relações comerciais e mecanismos para o uso eficiente da energia.¹²⁴

¹²¹ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 208.

¹²² PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 209.

¹²³ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 210.

¹²⁴ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 211.

2.7 O Relacionamento entre a Venezuela e seus vizinhos

De maneira geral, a Venezuela mantém uma relação cordial e de cooperação com os vizinhos sul-americanos, sobretudo com o Brasil e a Argentina. Prova disso é a sua entrada no Mercosul, em 2006, como membro permanente.¹²⁵

O tema energia está inserido na grande maioria dos acordos firmados entre Venezuela e seus vizinhos. De acordo com Jesús Pérez, as vertentes principais de interesse de negociações para a Venezuela são: “atlântica, caribenha, andina e amazônica, tendo como pontos focais o Brasil. O Caribe, a Colômbia e a Guiana, vizinhos e sócios naturais da Venezuela.”¹²⁶ Assim sendo, continua Pérez, com a Guiana foi criado uma Comissão de Alto Nível (Coban) e o Conselho Binacional Empresarial, visando proporcionar “novas iniciativas e atividades voltadas para a expansão, fortalecimento e avanço dos vínculos entre os dois países.”

Com relação ao Brasil, observou-se o aumento do intercâmbio comercial, havendo interesse por parte do governo venezuelano em solidificar e ampliar as suas relações. Tendo isso em vista, buscou-se intensificar a integração latino-americana, por meio de acordos firmados entre Comunidade Andina das Nações e Mercosul.¹²⁷

Já com a Colômbia, segundo Pérez, cuja relação considerada “complexa”, por causa da diversidade de temas e interesses, é muito valorizada pela Venezuela. Devido ao grande laço histórico que os unem, suas aproximações são lidadas com cuidado, pois a Colômbia é o seu segundo parceiro comercial.¹²⁸ Levando isso em consideração, continua Pérez, o país participa ativamente para promover a paz na Colômbia “emprestando o seu território às diferentes partes envolvidas na atual situação do país vizinho, na busca de um entendimento que nos interessa como país mais afetado, além daquela nação irmã, e ademais, por sermos ambos países bolivarianos.”¹²⁹

¹²⁵ O Congresso Brasileiro ainda não aprovou adesão da Venezuela como membro permanente. A decisão sairá em outubro de 2008. Mais informações no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/definida-data-para-decisao-sobre-adesao-da-venezuela-ao-mercosul/?searchterm=venezuela%20no%20mercosul>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

¹²⁶ PÉREZ, Jesús Arnaldo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Os venezuelanos e a sua democracia” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 1, p. 203-222, out./dez. 2004, p. 214.

¹²⁷ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 214.

¹²⁸ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 214. Segundo dados levantados pela CIA World Factbook, em 2006 a relação dos países importadores para a Venezuela são, respectivamente: EUA 27%; Colômbia 9.8%; Brasil 9.6%; China 7.2%; México 5.7%; Panamá 4.6%. (disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>, acesso em 30 de julho de 2008). Os Estados Unidos são, atualmente, o principal importador da Venezuela.

Como salientado em tópico anterior, o território venezuelano durante o período da colonização espanhola no século XV, agregava também a Colômbia, Equador, Panamá e depois o Peru, conhecida como Grã-Colômbia. Simón Bolívar foi o responsável pela independência da região dos espanhóis, mas aquela unidade não mais se manteve coesa, dando origem à Venezuela, Peru, Equador e Colômbia. Basicamente, os vínculos históricos e sociais presentes nesses países dizem respeito à cultura indígena e a quase homogeneidade que possuem. Hugo Chávez clama o passado da região para a integração e apóia candidatos que queiram engendrar essa iniciativa junto com ele, e assim ‘libertar’ o continente sul-americano da ‘colonização’ dos Estados Unidos.

A Venezuela também reestruturou suas relações com os países caribenhos, com o objetivo de apoiar Cuba, a Associação dos Estados do Caribe (CARICOM) e os países centroamericanos caribenhos, percebidos por meio da assinatura de Acordos Complementares na área energética, pelo fornecimento de óleo cru e derivados do petróleo com pagamentos facilitados, e assim assumir o seu lugar de potência energética da região.¹³⁰ Sua aproximação com Cuba, além de estrategicamente favorável à política venezuelana, Hugo Chávez se identificou com Fidel Castro e toda a sua trajetória revolucionária que construiu naquele país. Ele nunca esquece de mencionar Fidel em seus discursos e usa-o constantemente como exemplo na sua empreitada para a implantação da sua Revolução Bolivariana.

Atualmente, o Governo de Caracas articula sua política internacional voltada basicamente em dois objetivos: ‘desmoralização’ dos Estados Unidos da América como potência global e a aproximação com governos, ou semelhantes na sua ideologia, ou que sejam estrategicamente vantajosos para o seu interesse – ampliar o espaço venezuelano na política e na economia internacional e projetar o país como uma potência regional. Mas, seus métodos acabam por prejudicar a sua imagem. Como será detalhado em capítulo oportuno, Chávez constantemente é acusado de interferir na política interna dos seus vizinhos, como no caso das eleições na Argentina ocorridas em 2006, o que fere ao princípio da soberania e ao argumento defendido pelos realistas que cabe ao Estado, e somente a ele, articular sua política interna de acordo com o seu interesse nacional.¹³¹

¹²⁹ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 214. Como será discorrido em capítulo próprio, no que diz respeito das relações atuais entre Colômbia e Venezuela, e mais adiante, e com os Estados Unidos, vale lembrar que na prática algumas coisas mudaram.

¹³⁰ PÉREZ, Jesús Arnaldo. *op. cit.*, p. 214.

¹³¹ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 22.

2.8 Estados Unidos: de uma relação próxima a conturbada

Como é notado atualmente, o Presidente Chávez tem algumas diferenças com o Governo de Washington sobre algumas questões que são consideradas importantes para Caracas. O reflexo dessa adversidade de interesses, bem como suas eventuais consequências para o cenário internacional, serão estudados em capítulo próprio. O que será relevante citar por agora é, segundo Jesús Pérez, a estabilidade nas relações antes das atuais desavenças mostradas na mídia internacional hoje.

Pérez informou que, com respeito à relação com os Estados Unidos, foram reforçadas a “atitude de amizade e boa vontade”, mas com autonomia na elaboração da política externa venezuelana. Acrescentou, ainda, que “a boa vontade e a racionalidade dessa relação” são muito valiosas para o país.¹³²

Quanto às relações comerciais, os Estados Unidos são o principal importador dos produtos venezuelanos, correspondendo a 27% das importações.¹³³ O petróleo ainda é motivo de crises e discussões. As suas relações se tornaram instáveis quando a Venezuela aproximou-se de países considerados não-aliados dos Estados Unidos, como Irã e Cuba, quando o Governo de Caracas constantemente acusava Washington de interferir na política latino-americana, dentre outras situações que serão posteriormente analisadas em capítulo próprio.

Mas é importante ressaltar que, atualmente as relações entre Estados Unidos e Venezuela, que por muitos anos foram baseadas no petróleo, agora encontram-se desestabilizadas devido a algumas decisões adotadas por Chávez que vão contra a política externa de Washington, como o seu apoio ao Irã e sua aproximação com Cuba. Humberto Márquez indicou o referido fato como um dos principais agravantes da tensão política existente entre os dois governos e acrescentou, ademais, que:

“O confronto aumentou desde 2004, quando Chávez teve seu mandato revalidado por um referendo constitucional convocado por pressão da oposição e que lhe deu um caráter regional em sua cruzada antiimperialista, enquanto Washington ampliava o Plano Colômbia de luta contra a guerrilha e o narcotráfico.”¹³⁴

¹³² PÉREZ, Jesús Arnaldo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Os venezuelanos e a sua democracia” Brasília, DF: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 1, p. 203-222, out./dez. 2004, p. 214-215.

¹³³ CIA WORLD FACTBOOK. **Venezuela**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em 30 de julho de 2008.

¹³⁴ MÁRQUEZ, Humberto. **Enfrentamento amplia seu cenário**. Disponível em: <<http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=1500>>. Acesso em 12 de outubro de 2008, p. 1.

Observa-se desde então que o mandatário venezuelano procura constantemente atacar o governo de Washington, acusando-o de imperialista que não favorece as economias emergentes. Mas a Venezuela ainda é um grande exportador de produtos para os Estados Unidos, contrariando o que muitas vezes os discursos de Chávez defendem, uma maior autonomia da economia norte-americana. Mas o principal ponto de controvérsia entre os dois países é a acusação do governo norte-americano da participação venezuelana no favorecimento do narcotráfico na região, não cooperando para o combate desse crime, e um possível apoio de Caracas aos guerrilheiros das FARC (Forças Revolucionárias da Colômbia).¹³⁵

Agora, alguns pontos importantes podem ser considerados quando fala-se em Hugo Chávez. A trajetória histórica vivenciada no país, os fatores econômicos (destaque para as exportações de petróleo), a localização geográfica, os antecedentes das relações diplomáticas com seus vizinhos sul-americanos e com os Estados Unidos, dentre outros fatores demonstram fatores relevantes para o entendimento do funcionamento da atual política externa venezuelana.

A seguir será discutido como alguns pontos defendidos pelo Realismo podem oferecer algum entendimento sobre o fenômeno Chávez e sua política externa. Alguns fatos relevantes, ademais, corroborarão para exemplificar como sua figura e sua conduta são merecedoras de atenção especial de estudiosos da área, cujos trabalhos também serão discutidos.

¹³⁵ JOHNSON, Katherine. **Venezuela: Uma relação de alto risco? Manejo de Clientes Venezuelanos de Acordo com um Programa de Cumprimento Estável.** Disponível em: <http://tendencias.infoamericas.com/search/article-pdf/2008/2008_074_Venezuela_A_High_Risk_Relationship_PORT.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008, p. 1-2.

CAPÍTULO 3 – VENEZUELA, REALISMO E POLÍTICA EXTERNA

O presente capítulo busca estudar como a teoria Realista das Relações Internacionais pode ser útil para demonstrar as decisões de política externa, bem como o posicionamento defendido pelo Presidente venezuelano Hugo Chávez com relação ao atual contexto internacional vigente.

Algumas contribuições científicas oferecidas por estudiosos e pesquisadores sobre o assunto serão consideradas para entender a conduta adotada por Chávez com relação aos seus vizinhos e parceiros comerciais. Contemplará, ademais, as situações atravessadas por Chávez durante as crises ocorridas no país e como a sua figura influenciou outros líderes sul-americanos a adotarem o seu caminho proposto, uma possível integração do continente americano.

Outro fator relevante que também será comentado, diz respeito ao posicionamento venezuelano perante as potências mundiais, como Estados Unidos e União Européia, e a aproximação do Governo de Caracas com países tradicionalmente considerados como esquerda e a sua tentativa de consolidar uma liderança regional.

3.1 Realismo e o Governo Chávez

De acordo com as premissas básicas abordadas pela Teoria Realista das Relações Internacionais, bem como algumas considerações acerca do comportamento do Estado como ator central e relevante para as relações internacionais, algumas semelhanças podem ser encontradas na atual conduta de política externa adotada pelo Presidente Hugo Chávez.

Tendo em vista as premissas defendidas pelo realismo político, expostas no primeiro capítulo da presente pesquisa, pode-se observar que algumas delas podem ser aplicadas para explicar, pelo parcialmente, a política externa venezuelana e o posicionamento adotado pelo Presidente Chávez. Dentre os princípios expostos acima, o que mais se contextualiza com a atual política exterior da Venezuela são o terceiro, o quarto e o quinto.

A explicação é a seguinte: quanto ao terceiro princípio, cada Estado constrói sua política exterior baseada, sobretudo, no interesse nacional. Atualmente, o interesse venezuelano encontra-se na busca por mais espaço dentro do cenário geopolítico sul-americano, fazendo frente à potência hegemônica atual, que são os Estados Unidos da América. Para alcançar esse objetivo, o Governo de Caracas faz uso de políticas agressivas de cunho nacionalista visando uma integração regional mais sólida, utilizando de suas riquezas naturais e a sua aproximação com outras potências emergentes. Outro instrumento que deve ser considerado também, são seus discursos carregados pela paixão à pátria e a necessidade de criar uma alternativa ao poder político vigente e a constante tentativa de atribuir às grandes potências o papel de ‘promotores’ da pobreza e entrave ao desenvolvimento dos menos favorecidos.

É importante observar que nem sempre a Venezuela adotou esta conduta. Antes da posse do Presidente Chávez, a Venezuela adotava uma linha isolacionista em relação aos seus vizinhos sul-americanos, assim como buscava estreitar contatos com as economias do Pacífico e do mundo árabe (observado por meio de sua participação na OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo).¹³⁶ Com isso, corroboram-se os argumentos apresentados na terceira premissa, demonstrando que os interesses de uma nação visando à maximização de poder mudam de acordo com o contexto político e social vigentes.

¹³⁶ CERVO, Amado Luiz. **A Venezuela e seus vizinhos.** Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Amado%20Cervo.doc>> .Acesso em 12 de novembro de 2007, p. 2-3.

Em relação à quarta premissa, o atual Governo de Caracas utiliza maciçamente as questões morais para agregar aos seus discursos para cativar a opinião pública local, o que demonstra a falta de prudência que tanto é criticada por Morgenthau. Considerando que algumas premissas morais podem ser utilizadas com moderação pelo Estado, mas elas não devem ser a única alternativa adotada pelo mesmo, pois os Estados são atores racionais e egoístas, visando à maximização do poder e a minimização dos riscos. É importante ressaltar, contudo, que a história mostrou constantemente que nem todos os líderes ou Estados que fizeram uso constante dos preceitos morais conseguiram ter vida longa. Um exemplo claro foi a União Soviética, sendo um conjunto de nações unidas pelos princípios socialistas de Lênin (embora alguns autores afirmem que a sua aplicação foi demasiada equivocada) viu-se desmoronar, quando a ideologia não mais conseguia manter o bloco coeso e os conceitos e as visões que o mundo vislumbrava mudavam constantemente. Nem, Simón Bolívar, na época em que governou o território da Grã-Colômbia, conseguiu mantê-lo estável por muito tempo e percebeu que seu sonho de integração do continente americano seria inalcançável, pois cada nação tem seus princípios morais distintos dos demais e essa diversidade seria um obstáculo.

E, finalmente, quanto ao quinto princípio, as aspirações morais adotadas por Chávez, acabam por extrapolar a distinção que deve ser feita entre verdade e idolatria, ao agregar seus discursos com os princípios ‘bolivarianos’ de integração (o que será melhor discutido mais adiante) regional. Enfrentar a potência hegemônica atual prejudica a avaliação na qual cada Estado deve fazer para analisar as políticas de seus vizinhos, bem como refletir se seus próprios interesses estão sendo garantidos, fazendo com que os princípios de Bolívar sejam superiores às decisões racionais que Estado venezuelano deve levar em consideração para a formulação da política externa que deverá ser aplicada.

Alguns pontos relevantes do Realismo político podem ser aplicados para explicar algumas das decisões tomadas pelo Governo Chávez com relação a sua política exterior, bem como fazer críticas fundamentadas sobre a mesma. A seguir, serão apresentados alguns pontos expressivos e relevantes para esta análise.

No caso venezuelano, referente à luta pelo poder, o *status quo* vigente, que diz respeito à forte presença e influência norte-americana no cenário internacional, embora alguns blocos e/ou países tenham ganhado espaço considerável dentro desta política de *status quo*, não houveram modificações drásticas na qual afetasse a distribuição de poder entre a nação hegemônica e os países que obtiverem tal destaque. Mas, como pode ser observado através das medidas adotadas pela política externa venezuelana, o governo Chávez pretende fazer

mudanças consideráveis no *status quo* vigente. E para isso, usa seu poder de barganha e seus discursos de cunho antiimperialistas para aumentar sua influência dentro do continente sul-americano e, conseqüentemente, diminuir a influência norte-americana e brasileira. Um exemplo disso pode ser observado por meio da aproximação da Venezuela com Cuba, Irã e China, países que tradicionalmente adotam políticas que desagradam os Estados Unidos e demais blocos políticos relevante.

O outro, trata-se da forte intenção por parte da presença da figura do Presidente Chávez em mudar o estilo político adotado pelos países sul-americanos para favorecer seus ideais de integração regional. O último caso pode ser ilustrado pelos fatos veiculados na mídia, como o apoio dado aos presidentes Rafael Correa, no Equador¹³⁷, e Evo Morales, na Bolívia¹³⁸ durante e após as eleições, embora na época ambos afirmassem que não houve interferência de Chávez, e as denúncias de que o líder venezuelano teria exercido influência considerável na eleição de Cristina Kirchner na Argentina.¹³⁹ É importante salientar a controvérsia que surgiu durante as eleições ocorridas no Peru em 2006, cujo período foi marcado pela troca de acusações entre Chávez e Alan Garcia.¹⁴⁰

Já com relação ao imperialismo, os realistas não fornecem um conceito claro, mas Morgenthau tenta entendê-lo baseado no que o “imperialismo não é, mas que freqüentemente se supõe que ele seja.”¹⁴¹ Com isso ele apresenta duas possíveis falhas presentes no significado atribuído comumente ao imperialismo. A primeira salienta que nem toda política voltada para a maximização de poder pode ser entendida como um tipo de imperialismo, portanto o erro paira na noção que se modificado o *status quo*, um novo equilíbrio político seria formado. A segunda afirma que nem toda política externa voltada para a manutenção do império já existente pode ser tida como imperialista, portanto, imperialismo aqui deve ser entendido no sentido de manutenção e estabilidade do império real não a criação de um novo.

¹³⁷ CORREA alcança vantagem definitiva em eleições no Equador. **Folha Online**. Quito, 28 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102241.shtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

¹³⁸ GOVERNO venezuelano comemora vitória de Morales na Bolívia. **Folha Online**. Caracas, 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90698.shtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

¹³⁹ MENDÉZ Alejandro. Lavagna critica o “populismo” de Kirchner e interferência de Chávez no Mercosul. **Folha Online**, Buenos Aires, 27 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u340327.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

¹⁴⁰ EX-PRESIDENTE Alan García vence eleições peruanas. **Folha Online**. São Paulo, 06 de junho de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96660.shtml>>. Acesso em 02 de dezembro de 2008.

¹⁴¹ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 98.

Baseando-se no primeiro erro, apontado pelo autor, acerca da conceituação de imperialismo, encontra-se uma relação com a noção tanto defendida pelo governo de Caracas, afirmando que os Estados Unidos é uma nação imperialista. Isto se deve ao fato de, nas palavras de Morgenthau:

“Os que se opõem em princípio a uma determinada nação e suas políticas, como é o caso dos anglófilos, russófilos e antiamericanos, consideram a mera existência do objeto de sua fobia como sendo uma ameaça ao mundo. Sempre que um desses países temidos se engaja no processo de ampliar o seu poder, é natural que aqueles que o receiam consideram esse acréscimo de poderio como um trampolim para a conquista do mundo, isto é, como uma manifestação de uma política imperialista.”¹⁴²

Assim, torna-se necessária uma observação relevante. A grande questão é de que maneira o fenômeno do imperialismo é lidado pelo Presidente Chávez. Ele atribui com muita frequência aos Estados Unidos o papel de nação imperialista, visando constantemente o aumento de sua influência dentro do panorama geopolítico global, principalmente dentro do continente americano. Para Morgenthau, existem três métodos de imperialismo: militar, econômico e cultural. Chávez, através de seus discursos e alianças com os países declarados antiamericanos, como o Irã, tenta remodelar o equilíbrio de poder em favor de uma nova ordem mundial com amplo espaço para os países sul-americanos.

Para tanto, de acordo com os argumentos dados por Morgenthau, para alcançar esse objetivo, faz-se uso do terceiro mecanismo da política de prestígio. Esse termo está vinculado à idéia do poder ideológico, que é a capacidade de manipulação que o Estado dispõe para conseguir seus objetivos, a maximização de poder.

Isso é presente no caso das nações sul-americanas como Brasil, Argentina e também a Venezuela. Por meio de parcerias estrangeiras, elas conseguiram encontrar seu espaço e prestígio na política internacional. No caso da Venezuela, seu poder de prestígio está intimamente ligado ao seu ambiente interno. Dentro do continente sul-americano, ele exerce fortemente sua política de prestígio com Equador e Bolívia, que compartilham dos mesmos ideais de integração.

¹⁴² MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 99.

Com isso, a tendência desse comportamento observado por Morgenthau é a visão do que é justo ou injusto, na medida em que é considerado justo a busca de poder por um determinado Estado e injusta a busca de outros que almejam retirar o poder do primeiro.¹⁴³

Observa-se que o tipo de ideologia mais utilizado pelo Governo de Caracas é a de imperialismo, principalmente em seus discursos engajados herdados das doutrinas ‘bolivarianas’, de integração regional a nível sul-americano, bem como sua conduta em relação a uma das potências hegemônicas dominantes, que são os Estados Unidos, na tentativa de contrabalancear e criar um novo *status quo* para a América do Sul, e assim buscar mais destaque dentro do cenário político das relações internacionais.

O que é relevante mencionar são os discursos e medidas de política externa altamente antiimperialista adotados por Hugo Chávez, bem como sua aproximação com países que contém inimizades com os Estados Unidos. Um exemplo disso foi a proposta da criação da ALBA (Alternativa Bolivariana para os para a América e Caribe) em lugar da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), cujas negociações tendiam ao fracasso. Basicamente objetiva a adesão todos os países latino-americanos e caribenhos para a formação de uma área de livre comércio para estreitar os laços econômicos e diminuir a dependência do mercado internacional (nesta área de livre comércio, a exceção é o petróleo e o gás).¹⁴⁴

Outro ponto importante é o fenômeno do “equilíbrio de poder” apontado por Morgenthau. Trata-se da “a estabilidade dentro de um sistema composto de uma variedade de forças autônomas”¹⁴⁵ que convivem entre si e se reorientam quando esse equilíbrio é reformulado. Por isso, com a finalidade de auxiliar a compreensão, o autor propõe duas vertentes: o da oposição direta (dois países concorrem diretamente para estabelecer sua influência) e o da competição (duas nações competem para aumentar sua influência através de alianças com países mais fracos ou ameaçados).¹⁴⁶

A Venezuela se enquadra no segundo padrão, pelo menos no nível do continente americano, quando se observa as alianças feitas com Cuba e Bolívia para aumentar sua influência na América Latina. Além disso, o governo bolivariano tem financiado projetos em

¹⁴³ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p.177-178.

¹⁴⁴ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 71.

¹⁴⁵ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 322.

¹⁴⁶ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 330-336.

diversos países caribenhos e centro-americanos (nas áreas militar e energética), com o objetivo de aumentar sua influência na região.¹⁴⁷

Partindo desse princípio, o mundo tinha um tipo de equilíbrio antes da eleição de Hugo Chávez em 1998, quando Estado Unidos e União Européia o “dividiam”, mesmo com a emergência de mercados não-tradicionais como Brasil, China e Índia, mas não chegava a alterar a estabilidade do sistema. Vale ressaltar que, o objetivo do equilíbrio de poder é, segundo Morgenthau, preservar a estabilidade de todos os elementos do sistema e, assim, evitar que um dos elementos ganhe mais poder do que os demais.¹⁴⁸

Um dos fatores para a sua manutenção é o posicionamento adotado pelo governante perante os civis. Para isso, o chefe de Estado pode contar com o poder ideológico que ultrapassa os limites materiais, sendo que os esses interesses podem vir acrescidos de um fator ideológico, como a solidariedade.¹⁴⁹

No caso venezuelano, o discurso bolivariano de unificação do continente americano é o grande instrumento ideológico adotado pelo presidente Chávez para justificar e arrebanhar países para a sua luta contra o “imperialismo norte-americano”, como Bolívia, Cuba e Equador. Ele aclama aos ideais de Bolívar para ganhar simpatizantes dentro e fora da Venezuela. Alexandre Neves Sapper faz críticas ao estilo dos discursos usados por Chávez. Ele argumenta que:

“A chamada ideologia bolivariana é vaga e imprecisa e traduz-se em uma postura que ganha nitidez primordialmente quando a situação política se radicaliza. Ou seja, se define por contraste em relação à oposição. (...)

(...)

As cobranças que se fazem ao bolivarianismo chavista, na verdade, poderiam ser resumidas na seguinte questão: muito bem, mas qual é o programa e quais as suas tarefas? Apesar de correta, a questão engendra um questionamento que não só Chávez, mas a esquerda e as forças progressistas ao redor do mundo não dão conta de responder. Qual o programa político e econômico pós-liberal? Não existe nada consistente e acabado no mundo, o que há são tentativas. A Venezuela persegue, tateando uma das sendas mais promissoras, somando-as à luta contra a globalização neoliberal. Quais seus limites e qual é o seu fôlego?

¹⁴⁷ Fontes obtidas por meio do Jornal de circulação na Venezuela intitulado **El Universal**. As reportagens específicas não foram localizadas, porém o jornal em questão pode ser acessado pelo site <<http://www.eluniversal.com/index.shtml>>.

¹⁴⁸ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 324.

¹⁴⁹ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 349.

A principal contribuição no terreno dos valores feita pelo presidente ‘bolivariano’ tem sido mostrar ao povo, por intermédio dos seus discursos proferidos, que sua trajetória e suas lutas têm história. (...) Chávez tenta mostrar à população que ela deve ser o sujeito de sua própria história, daí a expressão que usa constantemente, de querer construir uma *democracia participativa e protagônica*. Ao contrário de se proclamar um iniciador de alguma suposta nova etapa, o ex-tenente-coronel se coloca claramente como um continuador da trajetória de Bolívar.”¹⁵⁰

Portanto, o que se pode observar é que Chávez utiliza a imagem de um herói nacional para atuar conforme seus interesses de liderança na América Latina. Para isso, usa sua maior riqueza nacional, o petróleo, para manipular a opinião pública adotando moldes de um governo socialista com um forte viés nacionalista. Este posicionamento totalitário acaba por manchar sua imagem perante a opinião pública internacional, gerando certa desconfiança quanto à participação da Venezuela na celebração de Tratados ou na sua participação de Conferências ou Foros internacionais.

Como consequência, o Governo de Caracas procura inserir em sua política externa, além dos princípios bolivarianos de unificação do continente Americano, empreende uma tentativa de buscar destaque dentro da geopolítica mundial, principalmente a nível latino-americano, bem como de contrabalancear a liderança brasileira e norte-americana.

Para compreender melhor como o equilíbrio de poder pode ser aplicado ao Governo venezuelano, é preciso analisar o funcionamento de suas alianças políticas e estratégicas. Morgenthau afirma que “a mais importante manifestação do equilíbrio de poder não deve ser vista como no equilíbrio de duas nações isoladas, mas nas relações entre uma nação, ou aliança de nações, com outra aliança”, cuja natureza além de serem fundamentais para a manutenção do sistema, elas podem ou aumentar o poder de uma nação, ou podem acrescentar poder a essa nação em relação às nações mais fracas; ou enfraquecer aos seus adversários.¹⁵¹

Então deve ser considerado que o princípio da compensação, no sentido da concessão de vantagens políticas vindas dessas alianças, na qual Morgenthau salienta que aquele princípio sempre estará relacionado aos “arranjos políticos” inerentes ao sistema de

¹⁵⁰ SAPPER, Alexandre Neves. **O ideário bolivariano como construção ideológica do discurso de Hugo Chávez**. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_01757.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2008, p. 3-4.

¹⁵¹ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 344.

equilíbrio de poder, pois a barganha só seria vantajosa se houver troca de benefícios proporcionais.¹⁵²

Aplicando ao caso venezuelano, pondera-se que Hugo Chávez emprega as três possibilidades abordadas por Morgenthau, uma vez que ele tenta debilitar ainda mais a potência norte-americana por meio de seus discursos com críticas fortes ao imperialismo dos Estados Unidos, assim como sua aproximação política e econômica com os países rivais norte-americanos como Cuba, e os seus investimentos nos países do centro-sul do continente americano, como a Nicarágua, o que garante o aumento da influência venezuelana no cenário internacional.

Quanto ao princípio da compensação já mencionado, a Venezuela utiliza com frequência o seu petróleo como ferramenta para as negociações com os demais países, garantindo acordos vantajosos para o governo bolivariano, proporcionando-lhe maior poder de barganha e credibilidade parcial no mercado internacional.

A respeito da moralidade, os realistas não fornecem com exatidão um conceito do que venha a ser a moral. Mas o que os teóricos realistas, no caso de Morgenthau, ressaltam é o teor ideológico contido na relação entre moralidade internacional e guerra total. Neste sentido, trata-se da justificativa das razões e dos meios empregados pelo Estado em prol dos benefícios que ação política poderá resultar do laço entre moral e política. Ele acredita que essa relação existe graças ao poder ideológico, pois o estadista consegue convencer aos demais atores que seus atos são válidos, portanto contendo moral aceitável. Porém, seu objetivo geral é que a guerra total deve ser evitada. Uma guerra inicia-se, continua, por motivos particulares que os Estados possuem como meios para obter a maximização do poder e o apoio da população podem ser relevantes para a determinação das metas desta guerra.¹⁵³

Ademais, podem ser observada uma das grandes tendências trazidas pelo presidente Hugo Chávez, a forte carga ideológica originada por seu inspirador Simón Bolívar e a sua distinta capacidade de convencer a população venezuelana que partilham de seus ideais e a simpatia de outros Chefes de Estado dos países sul-americanos, como Bolívia e o Equador, visando alcançar seus ideais de integração. Com isso, evidencia-se uma tendência da qual Morgenthau também salienta. Ele afirma que as ideologias, bem como seus conceitos de moralidade podem ser assumidos entre várias nações quando encontra-se algo de comum

¹⁵² MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 342

¹⁵³ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 444.

entre eles.¹⁵⁴ Com a proximidade de idéias e convicções morais, podemos explicar a aproximação de Venezuela e Bolívia.

No que concerne à opinião pública mundial, pouco os realistas acrescentam. Seu conceito também está relacionado ao uso do fator ideológico, principalmente para conseguir aprovação ou não de um dado ato político. Mas, Maquiavel faz uma consideração sobre o tema. Argumenta que o soberano não deve apenas contar com o apoio dos ricos, mas deve governar com e para o povo, ou seja, “(...) está rodeado de indivíduos que a ele se igualam, e não pode assim dirigí-lo ou ordenar tudo o que lhe apraz” sendo “necessário que o príncipe tenha o favor o seu povo, senão não encontrará seu apoio na adversidade”.¹⁵⁵

Considerando o exposto, bem como suas implicações atuais, observa-se que o presidente Chávez tenta obter uma imagem positiva perante essa mesma opinião pública. Um exemplo disso foi o golpe de estado sofrido por Chávez em 2002, que representou a impossibilidade de obter uma opinião pública formada e consensual.¹⁵⁶ Portanto, ele também tenta, por meio da manipulação de seus veículos de imprensa nacional reverter esse quadro.¹⁵⁷

O fator segurança é outra área relevante tratada pelo realismo político e constantemente empregada pelo Presidente Chávez. O que mais se relaciona com o caso é o conceito de segurança coletiva, tema de grande importância no cenário internacional atual.

A preocupação venezuelana com o tema segurança é mais presente na atual fase do Governo bolivariano, marcada pela intensificação “revolução bolivariana”. Francine Jácome apontou que essa nova fase da “política exterior da Venezuela se caracterizou mais por desafiar a política americana do que propor um modelo distinto. É uma política mais reativa do que proativa.” Aumentou o tom desafiador em seus discursos e estreitando relações com países considerados ‘esquerda’ pelos Estados Unidos, como Cuba e Irã. Para garantir essa segurança, bem como concretizar seu projeto de integração regional, seus objetivos seriam: “(...) a necessidade de dar continuidade à construção de um sistema internacional multipolar

¹⁵⁴ MORGENTHAU, Hans J. *op. cit.*, p. 450.

¹⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, cap. IX, p.71 e 73.

¹⁵⁶ BRASLAUSKAS, Ligia. Veja o que causou o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela. **Folha Online**. São Paulo, 14 de abril de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

¹⁵⁷ CHÁVEZ ameaça emissoras de TV e pede que povo defenda revolução. **Folha Online**. São Paulo, 20 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u51962.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

através de três objetivos específicos: Petroamérica/Petrocaribe; Telesul e a Universidade do Sul.”¹⁵⁸

A Revolução Bolivariana possui dois alicerces, o lado social e o militar,¹⁵⁹ semelhante ao ocorrido durante a Revolução Cubana, assim como o regime político que vigora até hoje na Venezuela.

Pode ser lembrado as inúmeras aquisições que o Presidente venezuelano vem fazendo para aumentar o arsenal do seu exército e mostrar às demais nações que a Venezuela tem capacidade de se proteger de eventuais intervenções. Este posicionamento também é adotado pelo seu colega equatoriano. A intenção dele, neste caso, é uma tentativa de fornecer apoio às nações mais fracas dentro do continente sul-americano e tentar contrabalancear a potência hegemônica atual.

Agora é imprescindível a compreensão das ações da política externa aplicadas pelo governo venezuelano, assim como os fatores cruciais para esclarecer algumas razões que fazem da figura do Presidente Hugo Chávez polêmica dentro do atual ambiente geopolítico.

3.2. O impacto dos discursos ‘bolivarianos’ de Hugo Chávez

Os discursos de Chavez têm gerado polêmica na geopolítica latino-americana, tal como foi observado através da ascensão de Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador); pelo fato de Chávez ser a única autoridade aceita pelas FARC para negociação de reféns; a esquerda mexicana¹⁶⁰ (que quase ganhou as últimas eleições) e que também foi apoiada e ainda apóia o Chávez. Ademais, mediante seus discursos e movimentos, Cuba ganhou uma nova imagem perante o continente. Então, é, sem dúvida, um discurso bastante audacioso que causa muito impacto. Isto demonstra a vontade do Presidente venezuelano de conquistar espaço no cenário internacional, sobretudo como (pelo menos uma tentativa) de ser um líder latino-americano, por meio de suas riquezas naturais e importância estratégica dentro do continente.

¹⁵⁸ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 69.

¹⁵⁹ JÁCOME, Francine. *op. cit.*, p. 70-71.

¹⁶⁰ MÉXICO reage a comentários de Hugo Chávez. **Folha Online**. Cidade do México, 18 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100172.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

A mídia vem noticiando a cada dia as “façanhas” do presidente venezuelano, que tenta exaustivamente criar uma espécie de “novo regime” para a Venezuela e para a América Latina, com traços socialistas, usando a figura de Simón Bolívar, precursor do pensamento do pan-americanismo do continente americano. “A influência de Bolívar nos pensamentos de Chávez é tão forte que ele mudou, por meio de uma reforma na Constituição Venezuelana nos primeiros anos de seu governo, no nome oficial do país, que passou a chamar-se de República Bolivariana da Venezuela”.¹⁶¹

Contudo, seu discurso tem um ímpeto saudosista, quando ele clama constantemente pelos ideais de Simón Bolívar, que se tornaram parte de sua política externa atual. Quanto a adoção dos ideais de um herói nacional, Nicolau Maquiavel afirma que:

“A fim de exercitar o espírito, o príncipe deve estudar a história e as ações dos grandes homens; ver como se conduziram na guerra, examinar as razões das suas vitórias e derrotas, para imitar as primeiras e evitar as últimas. Acima de tudo, deve agir como alguns grandes homens do passado ao seguir um modelo que tenha sido elogiado ou glorificado, ter sempre em mente os gestos e ações.”¹⁶²

Márcio Fagundes e Ítalo Rodrigues também comentam sobre o tema. Eles concordam que através dos símbolos, como Bolívar, e adotando o termo de ‘Revolução Bolivariana’, juntamente com seu discurso direcionado ao povo, pode ser nomeado, baseado no “contexto do jogo de interesses econômicos e políticos, como um mero líder populista, associado à figura do demagogo. (...) O dirigente da Venezuela tem o discurso que não se identifica com o discurso oligárquico e imperialista, e, na prática, demarcador de interesses de classe.”¹⁶³

Tal como demonstra Francine Jácome, a proposta de Chavéz para a Venezuela e a América Latina é a chamada “Revolução Bolivariana” que seria obtida por meio da “criação de um novo pólo formado pelos países do Terceiro Mundo” e assim conseguiria alcançar o “objetivo central de deter o neoliberalismo e o processo de globalização”. Com isso, continua Jácome, pode-se definir os princípios regentes da política exterior venezuelana:

¹⁶¹ NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. **A utilização da Imagem de Simon Bolívar por Hugo Chávez na Construção de uma Identidade Nacional para a Venezuela**. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/socorro.pdf>> . Acesso em 25 de outubro de 2007.

¹⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, cap XIV, p. 94.

¹⁶³ FAGUNDES, Márcio R. de Freitas e RODRIGUES, Ítalo. **Hugo Chávez está praticando uma nova forma de populismo?**. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/marcio.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2008, p. 2-3.

“autodeterminação e a soberania, a defesa dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional e a promoção de ‘uma nova ordem internacional’”¹⁶⁴

Chávez obtém, por meio deste artifício, forte apoio popular, sobretudo dos mais pobres e dos militares. Assim, como mostra Nogueira e Canuto:

“Hugo Chávez se apropria de imagens e características de Simon Bolívar para a criação de uma identidade cultural para a Venezuela, buscando apoio não apenas entre os militares – setor no qual obteve sua formação política – mas também no povo, o que serve como fator legitimador para o seu governo.”¹⁶⁵

Portanto, a Política Externa de Chávez é vista por muitos Chefes de Estado, políticos, empresários e pela comunidade internacional como uma política muito agressiva, mas muito bem articulada, embora também pareça imprudente, à medida que utiliza estrategicamente a informação, a segurança e a economia latino-americana. O Governo venezuelano utiliza pontos-chaves tratados pelo Realismo clássico das Relações Internacionais na sua busca por espaço no cenário internacional. Esse exemplo é claramente observado nos ataques indiretos e diretos ao Governo norte-americano principalmente na sua aproximação com Cuba e com Governos considerados oposicionistas dos norte-americanos.

Quanto ao uso da informação, Leonardo Valente e Maurício Santoro atribuem a esse artifício a nomenclatura de “diplomacia midiática”, que considera os aspectos culturais e valores ideológicos sem o desvio do objetivo principal, portanto:

“Trata-se do estudo dos sistemas de comunicação altamente usados na diplomacia pelos Estados para expressar e defender seus interesses, estimular a realização de acordos e até mesmo legitimar ultimatums. Um novo canal de contato para esclarecer posições e convencer outros Estados e diversos atores globais sobre suas posições.”¹⁶⁶

¹⁶⁴ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 65.

¹⁶⁵ NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. **A utilização da Imagem de Simon Bolívar por Hugo Chávez na Construção de uma Identidade Nacional para a Venezuela**. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/socorro.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2007, p.2.

¹⁶⁶ GILBOA, Eytan. Mass communication and diplomacy: a theoretical framework. *Journal of Communication Theory*, v. 10, n.3 apud VALENTE, Leonardo e SANTORO, Maurício. **Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez**. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Diplomacia_Midiatica_Governo_Chavez.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2007, p.2.

Este tema tem relevância considerável, uma vez que as medidas adotadas pelo governo venezuelano afetam direta e/ou indiretamente o ambiente internacional gerando um clima de incerteza que provoca reflexos na política, economia, sociedade, dos setores políticos mais conservadores dos demais países latino-americanos, sobretudo Brasil e Argentina (no âmbito do Mercosul).

3.3 As atuais ações controversas da política externa venezuelana

Até 2007, muitas outras ações inusitadas praticadas pelo governo Chávez causaram forte impacto na política internacional, mesmo não importando a natureza de suas decisões, internas ou externas. A figura do Presidente trouxe tanto parecerias como conflitos, sugerindo mudanças profundas no atual sistema político sul-americano.

Com a posse de presidentes considerados opositores, como Lula no Brasil e Evo Morales na Bolívia, uma forte tendência de reformulação do capitalismo atual viu-se necessária.

Algumas participações marcantes do presidente Chávez em eventos diversos na política internacional atual serão brevemente explanadas, assim como sua repercussão.

Uma delas foi a exposta anteriormente, a proposta de criação da ALBA. Izaías Rodriguez caracteriza a ALBA como uma “estratégia para vencer obstáculos à informação e à tecnologia derivadas, entre outras coisas, de acordos sobre propriedade intelectual”; “orienta sobre como enfrentar, com decisão, a desregulamentação, a privatização e a desmontagem do aparelho estatal” e é “uma proposta centrada na luta contra a exclusão social”.¹⁶⁷ Afirma, ademais, que:

“A ALBA é um instrumento para atacar os obstáculos à integração: a) pobreza; b) as desigualdades e assimetrias entre países; c) o intercâmbio comercial desigual; d) o peso da dívida externa impagável; e e) a imposição de políticas estruturais de ajuste por parte do FMI, o Banco Mundial e a OMC que, sem dúvida, solapam as bases de apoio social e político de cada um de nossos Estados.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ RODRIGUEZ, IZAÍAS. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**. “O Estado de direito e de justiça social no quando da Alternativa Bolivariana para a América e o Caribe – ALCA” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 8, p. 220-230, out./dez. 2007, p. 230.

¹⁶⁸ RODRIGUEZ, IZAÍAS. *op.cit.*, p.230.

O Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2006, sediado em Caracas, foi outro exemplo de presença marcante de Chávez. Nogueira e Canuto apontam que “se a ascensão de Chávez à presidência foi marcada pela influência do nacionalismo militar, uma vez no poder sua retórica passou a abarcar um amplo leque ideológico.”¹⁶⁹

Ao receber o Fórum em seu país, o Presidente venezuelano queria que o mundo vislumbasse a ‘nova Venezuela’, e “ser visto como parte de um movimento sul-americano mais amplo, e não como um grupo radical isolado.”¹⁷⁰ Todavia, é importante salientar que durante o evento muitos foram as críticas ao governo venezuelano. Em contrapartida, Chávez fez muitas críticas ao FSM, inflamando ainda mais seus discursos clamando pelo socialismo, propondo a bandeira “socialismo ou morte”. Muitas foram as opiniões sobre o tema. Nogueira e Canuto afirmaram que o presidente não entendeu a essência do fórum, assim como os objetivos sociais que ele aborda e que ainda tenta instrumenta-lo para alcançar seus próprios fins. Quanto ao clamor pelo socialismo, continuam:

“Também houve reclamações sobre a bandeira do “socialismo ou morte” proposta por Chávez. Lillian Celiberti, ex-militante da luta armada no Uruguai, emocionou-se ao lembrar que sua geração havia acreditado nesse lema, e obtivera apenas a morte, a tortura e as prisões. Era hora, segundo ela, de aprender com os erros do passado e buscar novas orientações. Os defensores de Chávez argumentavam que ‘socialismo ou morte’ deve ser compreendido no contexto de um ataque ao capitalismo sem controles, que vem provocando danos graves ao meio ambiente e à qualidade de vida.”¹⁷¹

Os autores, ademais, comparam os problemas enfrentados por Chávez no FSM aos relacionados com a oposição venezuelana. Eles afirmam que “a estratégia do nacionalismo militar é a de reformas modernizantes, em nome da justiça social, mas com métodos centralizadores que com frequência se tornam autoritários.”¹⁷²

Outro fato relevante que deve ser mencionado foi o período entre 1999 e 2002, marcado pela forte instabilidade interna na Venezuela. Um dos exemplos disso foi a reestatização da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.), que culminou na greve geral de

¹⁶⁹ NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. **A utilização da Imagem de Simón Bolívar por Hugo Chávez na Construção de uma Identidade Nacional para a Venezuela**. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/socorro.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2007, p.13.

¹⁷⁰ NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. *op. cit.*, p.14.

¹⁷¹ NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. *op. cit.*, p.15.

¹⁷² NOGUEIRA, Maria do Socorro e CANUTO, Jeisy Maria Ricarte. *op. cit.*, p.15.

2002 e outra em 2003,¹⁷³ aumentando a violência e as manifestações no país. Rafael Ramirez relata como foi o processo de retomada da PDVSA, salientando a grande importância do petróleo na economia venezuelana, assim como seu “papel crucial em nossas possibilidades de desenvolvimento.”¹⁷⁴

Ramirez enfatizou que a Venezuela estava restabelecendo sua soberania de seus recursos naturais e que os demais países abusavam-na e queriam liquidar com a OPEP.¹⁷⁵ Ele acrescentou, ademais, que:

“O primeiro aspecto foi restabelecer o Estado venezuelano, por meio do Ministério da Energia e do Petróleo, fornecendo a OPEP e subordinando a empresa nacional às decisões do Estado. Ao fortalecer o Ministério da Energia e do Petróleo, sede institucional tradicional da política petrolífera venezuelana, assim como todos os organismos de controle estatal, foram sendo gradualmente restabelecidas todas as contribuições da PDVSA ao fisco nacional; gestão da empresa e os mecanismos de prestação de contas ao Estado, seu único acionista, se tornaram mais transparentes; e os planos de investimento e expansão da indústria se adequaram melhor a nossos planos nacionais. Essa nova situação permitiu iniciar um processo de revisão e ajuste de todos os negócios da “abertura petrolífera” à moldura jurídica vigente, nos quais a PDVSA desempenha o papel principal ou se colocava na situação de “escudo fiscal” em relação às empresas transnacionais. Refiro-me particularmente à Internacionalização, aos Convênios de Serviços Operativos e às Associações.”¹⁷⁶

Outro episódio relevante foi a não renovação da concessão pública à Radio Caracas Televisão (RCTV). Nildo Ouriques discorre acerca do assunto, ao afirma que “o Presidente Chávez já possui o mérito de ter recordado a todos os latino-americanos que os monopólios que produzem e difundem a informação são essencialmente concessionários de um serviço público.”¹⁷⁷

Sua atitude foi duramente criticada por ferir o princípio da livre expressão, ressaltando o caráter autoritário de seu governo. Apesar das acusações de Chávez que a mídia seria manipulada para depreciá-lo. Tendo em vista esta prerrogativa, Ouriques acrescenta que “no caso da Venezuela, as razões pelas quais os jornalistas e escritores dos demais países

¹⁷³ Vide capítulo 3.

¹⁷⁴ RAMÍREZ, Rafael. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**. “Plena soberania petrolífera”. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 5, p. 182-190, jan./mar. 2007, p. 182.

¹⁷⁵ RAMÍREZ, Rafael. *op. cit.*, p. 183.

¹⁷⁶ RAMÍREZ, Rafael. *op. cit.*, p. 184.

¹⁷⁷ OURIQUES, Nildo. **Hugo Chávez e a “liberdade de imprensa”**. Disponível em <http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/98_20070528_chavez.pdf>. Acesso em 03 de março de 2008, p. 1.

latino-americanos adotam a censura voluntária e contribuem para o cerco midiático à Revolução Democrática Bolivariana, não tem origem em qualquer acordo entre Estados vizinhos.”¹⁷⁸

Outra observação importante dada pelo referido autor, é que neste contexto pode ser visualizada a tentativa de manipulação da informação para mostrar a imagem que o governo quiser que ele tenha, característica comum num governo populista. Ele ainda faz um paralelo da distribuição equânime de tempo para os dois lados da notícia, sendo característica essencial da “liberdade de imprensa”, acrescentado que:

“Este padrão de comportamento pode ser visto quando comparamos o tratamento jornalístico destinado ao Presidente Bush em comparação com o Presidente Chávez, por exemplo. É verdade que as críticas à Bush são frequentes em função da invasão no Iraque e Afeganistão, mas nada ou muito pouco se diz sobre o funcionamento real do sistema político estadunidense. No mesmo diapasão W. Clinton é, segundo o padrão dominante, muito melhor que o texano Bush, mas se critica exclusivamente seus excessos amorosos enquanto predominou o silêncio sobre sua obra política. A deposição de J.B.Aristide e a posterior intervenção no país caribenho – decisões tomadas no mandato do democrata – não despertam a mesma atenção crítica que os atos de Hugo Chávez, Evo Morales ou Rafael Correa. A regra é que enquanto se vilipendia as personagens, o sistema político estadunidense fica imune a crítica e o padrão de informação sobre o que ocorre nos Estados Unidos é muito ruim: quase nada se divulga sobre a intervenção do executivo no sistema judicial, as prisões ilegais, a violação do correspondência eletrônica, as prisões sem mandato judicial, o fim do *habeas corpus* por primeira vez em 200 anos de vida constitucional, as prisões ilegais da CIA na Europa e Guantánamo, a fraude eleitoral em Ohio e Miami que levou duas vezes os republicanos à Casa Branca, etc. A informação sobre o que ocorre nos EUA é parcial, fragmentada e de péssima qualidade, de tal forma que podemos condenar a Clinton ou Bush por razões distintas mas não o sistema político que os criou e que seguirá criando figuras semelhantes nas próximas eleições presidenciais.

Em oposição a este tratamento benevolente dispensado ao sistema político estadunidense – sempre tomado como sinônimo de democracia – se observa que na análise e informação sobre a Revolução Bolivariana não somente a personagem interessa, mas igual atenção os jornalistas e escritores destinam ao sistema político e a preservação do “regime democrático”. Neste caso, é fácil constatar que “o outro lado” (os bolivarianos) raramente é escutado ou, quando se respeita a regra liberal básica, tudo sugere que é apenas para constar nos autos: tão esporádica que representa apenas um formalismo. Assim, podemos observar uma profusão de editoriais contra qualquer manifestação nacionalista que tenha origem na Venezuela, Bolívia ou

¹⁷⁸ OURIQUES, Nildo. *op. cit.*, p. 2.

Equador. A crítica é geralmente pouco inteligente, razão pela qual podemos supor que não esta em curso a tentativa de fornecer boa informação para que a opinião pública tenha cada dia melhor condição de exercer o livre arbítrio, mas simplesmente o funcionamento de um sistema de propaganda, algo completamente oposto ao que deveríamos entender por liberdade de imprensa. O resultado necessário é que mesmo aqueles que reconhecem os avanços sociais ocorridos na Venezuela após 2002, afirmam categoricamente que tudo esta sendo realizado a custa do sacrifício da “democracia”. Neste contexto, não é possível encontrar uma análise crítica sobre a *democracia participativa*, mas abundam manifestações sobre as virtudes da ameaçada *democracia representativa* que, entre nós, implica no exercício permanente do ceticismo como “virtude necessária” para suportar a impunidade, a concentração da riqueza e o monopólio do prestígio social.”¹⁷⁹

Ouriques levanta, ademais, que é preciso analisar os motivos pelos quais levou a não renovação da concessão pública da RCTV e qual será o seu destino.¹⁸⁰ E após algumas exemplificações, conclui afirmando que:

“O fim da concessão pública a RCTV continuará sendo objeto de “incompreensão” por parte de jornalistas e escritores independentes e a opinião pública manipulada, pois a relação governo/mídia no Brasil pode ser observada claramente quando em episódio recente um dos comentaristas de horário nobre da Rede Globo – principal monopólio no Brasil – é demitido de suas funções e, pouco tempo depois, assume a condição de ministro de estado sem constrangimentos. Os “críticos” de esquerda logo dirigiram suas baterias contra um jornalista famoso responsável pela violação do sagrado princípio ético da independência, fato que certamente contribuiu para arruinar ainda mais a já combalida credibilidade da profissão. É sintomático que estes mesmos críticos não focaram no fundamental: a linha que deveria dividir os interesses públicos – e o governo – do reino dos monopólios. Contudo, aqui não há com o que se preocupar, pois como todos sabem a liberdade de imprensa e a democracia está mesmo sendo atacada na Venezuela.”¹⁸¹

Não poderia deixar de ser comentado a forte influência que Hugo Chávez exerceu, depois que chegou ao poder, na eleição de Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, e Daniel Ortega, no Equador (o caso mexicano e argentino foi comentado anteriormente). O que representou o início de uma espécie de “coalizão” contra o capitalismo

¹⁷⁹ OURIQUES, Nildo. *op. cit.*, p. 3-4.

¹⁸⁰ OURIQUES, Nildo. *op. cit.*, p. 9.

¹⁸¹ OURIQUES, Nildo. *op. cit.*, p. 16.

desmedido e do imperialismo, principalmente, dos Estados Unidos e uma tentativa de integração dentro da América do Sul.

Mais um episódio importante foi o litígio entre Colômbia, Equador e Venezuela acerca de militante das FARC (Forças Revolucionárias da Colômbia), procurado pela Colômbia e morto em território equatoriano, o que gerou uma séria crise diplomática. O governo de Caracas saiu em defesa do colega equatoriano o que agravou ainda mais a situação.¹⁸²

Com relação a essa relação delicada entre Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Estados Unidos, Marco Cepik aponta outro fato envolvendo Chávez. Ele afirma que:

“A conjuntura da Venezuela, tanto no plano material quanto no discursivo, representa uma alternativa oposta ao desenvolvimento colombiano, mas igualmente caracterizada por uma consolidação da liderança presidencial. As vitórias da coalização de Chávez nas eleições estaduais e as perspectivas favoráveis para as eleições locais deste ano (2005), além da situação econômica extremamente favorável e varias iniciativas bem sucedidas na região (e.g. os acordos petrolíferos com a Argentina e o lançamento da Telesur) deixam Chávez relativamente confortável para confrontar diretamente os Estados Unidos. Embora as compras de aviões ‘Super Tucano’ brasileiros, helicópteros e fuzis AK-103 russos tenham reforçado as hostilidades entre os dois países, a recente ruptura do governo venezuelano com a DEA (Drug Enforcement Agency) demonstra que até aqui Chávez encontra-se disposto a bancar os custos de uma ‘alternativa bolivariana’ para a ALCA e a política de ‘guerra global contra o terror’ do governo Bush. A dimensão sul-americana da disposição de Chávez foi testada recentemente nas acusações mútuas de intervencionismo no Equador e na Bolívia, onde Evo Morales encontra-se em segundo lugar nas pesquisas de opinião para a próxima eleição presidencial.”¹⁸³

Outro tema de importante relevância é o recente pedido de ingresso da Venezuela no Mercosul em 2006.¹⁸⁴ Jácome disserta um pouco acerca da entrada da Venezuela no Mercosul, afirmando que essa iniciativa também faz parte do plano integracionista do Presidente venezuelano. Em detrimento disso, a Venezuela, continua Jácome, anuncia vários

¹⁸² ENTENDA a crise entre Equador, Colômbia e Venezuela. **Folha Online**. São Paulo, 04 de março de 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u378529.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

¹⁸³ CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural**. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Seguranca%20na%20America%20do%20Sul.pdf> Acesso em 30 de julho de 2008, p.8.

¹⁸⁴ O Brasil (mas especificamente, o Congresso Nacional) ainda não ratificou a entrada da Venezuela no Mercosul como membro permanente.

projetos entre os quais a criação de um Observatório de Qualidade Democrática do Mercosul; fazer do bloco uma aliança anti-EUA e fundar o Banco do Sul.¹⁸⁵

A entrada da Venezuela no bloco implicaria que o Mercosul passaria a ter 78% do PIB da América Latina, bem como traria consigo uma série de oportunidades e desafios. Jácome aponta que:

“Entre os setores que podem ser favorecidos, além do energético, estão: culturas e Frutas tropicais (embora compitam nesse setor com o Brasil); produção básica de ferro, aço e alumínio; alguns insumos da cadeia petroquímica; e autopeças. Mas entre os desafios estarão: superar a incapacidade de transportar produtos águas abaixo; negociar prazos e cumprimento de compromissos graduais; desenvolver uma estratégia para tornar competitivos certos setores; fazer avançar uma especialização produtiva; conseguir impulsionar alguns setores com maiores potencialidades, como o do alumínio; negociar a complementação em algumas áreas como a de autopeças; e projetar políticas que protejam o setor trabalhista.”¹⁸⁶

Todavia, o ingresso efetivo da Venezuela no bloco ainda tramita no Congresso Nacional brasileiro.¹⁸⁷

Outro tema que merece consideração ao chamado “socialismo do século XXI”. Chávez trouxe este conceito à tona devido à Revolução Bolivariana” que ele lidera (ou tenta liderar) na América Latina para fazer frente ao capitalismo norte-americano. As eleições ocorridas em 2006, dando a vitória a Chávez reforçou esse conceito. Muitos estudiosos escrevem sobre o tema. Maya e Lender apontam que:

“Além de algumas propostas pontuais de modificações do sistema político, como a reeleição indefinida do presidente, a criação de um novo ‘poder populista’ baseado na experiência de um ‘parlamentarismo de rua’ ou a eliminação do princípio da representação proporcional nos corpos deliberantes; pouco se sabe sobre o conteúdo desse modelo de sociedade.”¹⁸⁸

¹⁸⁵ JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). *Cadernos Adenauer*: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007, p. 82.

¹⁸⁶ ALONSO, Osvaldo. *El ingreso de Venezuela al MERCOSUR: Sus potenciales incidencias en lo económico, social y sobre la integración energética de América del Sur*. In: Seminário “Las relaciones de Venezuela con Argentina y Brasil en el marco del Mercosur”. Caracas: ILDIS, 2006 apud JÁCOME, Francine. *op. cit.*, p. 83.

¹⁸⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Decisão sobre a adesão da Venezuela sairá em outubro**. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/definida-data-para-decisao-sobre-adesao-da-venezuela-ao-mercosul/?searchterm=venezuela%20no%20mercosul>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

Contudo, pode-se observar que muitos outros fatos marcantes e determinantes para a mudança profunda na qual o sistema político internacional sofreu ao longo dos anos, sobretudo depois do onze de setembro de 2001, e logo após a posse de Hugo Chávez na Venezuela, a América Latina viu seu sistema também sendo modificado. Porém, para os fins desta pesquisa, só foram mencionados alguns dos fatos interessantes que envolveram o presidente venezuelano até o final de 2007.

Naturalmente, a mídia mostra diariamente as ações pouco tradicionais e até polemicas de Hugo Chávez e sua relação com os vizinhos sul-americanos, como a Colômbia, e críticas ao governo de Bush, não perdendo a oportunidade de incluí-lo em seus discursos com alto teor ideológico. Mas, assim como as relações internacionais sofrem mudanças constantes, o Presidente Chávez não pára de surpreender a comunidade internacional.

CONCLUSÃO

É notório que após o 11 de setembro de 2001, o panorama político global mudou radicalmente e outros países passaram a obter mais espaço dentro desse novo cenário que se formava. Os Estados Unidos não mais eram invulneráveis e sendo de fato suscetíveis a mudanças como os demais atores.

Mas foi na América do Sul que as mudanças foram ainda mais evidentes. Uma nova onda de “esquerdistas” começaram a assumir o poder nos países sul-americanos tradicionalmente governados por líderes simpatizantes da ordem mundial vigente, o capitalismo e a globalização da economia.

Eles revolucionaram a maneira de governar seus países e começaram a propor uma nova alternativa de governança, uma gestão voltada para o povo, desafiando os empresários e os países desenvolvidos. Dentre os líderes que mais se destacaram durante esse processo esteve o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias.

¹⁸⁸ MAYA, Margarida López e LANDER, Luis E. **Política Externa**: “Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?” São Paulo: Ed. Paz e Terra, v. 15, n.4, p. 07-22, mar./abril/maio 2007, p. 21.

Chávez assumiu o cargo em 1998 e implementou mudanças estruturais no sistema político venezuelano, a começar pela aprovação da nova Constituição, aprovada em 1999, que, dentre outras reformas, alterou o nome oficial do país para República Bolivariana da Venezuela.

Com fortes tendências socialistas, o mandatário venezuelano recorre ao apoio popular (principalmente dos mais pobres) para conseguir homologar suas decisões e assim alcançar seus objetivos. Ele desafia as potências políticas e econômicas vigentes e constrói alianças com países considerados ‘ameaças’ ao equilíbrio político atuante. Suas decisões são consideradas polêmicas e causam forte impacto no cenário político global, o que demanda por uma estruturação da maneira ‘capitalista’ de governar.

O que faz de Hugo Chávez a figura polêmica e controversa que é. O Realismo nas Relações Internacionais nos fornece, baseado em suas teses e princípios dos procedimentos necessários à concepção das relações entre os Estados (objetivo primário das relações internacionais), pode-se encontrar explicações racionais e empíricas de como funciona e o que determina as decisões do estadista e baseado na definição dos interesses do Estado que, neste caso, se resumem na maximização do poder político.

Essa visão acadêmica das Relações Internacionais, a escola realista, foi estudada no primeiro capítulo da presente pesquisa, trazendo seus conceitos relevantes e princípios que procuram proporcionar explicação racional acerca das interações existentes entre os Estados que, para os realistas, é o ator fundamental das relações internacionais. As políticas internas e externas dos países componentes deste sistema de Estados (a sociedade internacional) são determinadas de acordo com o interesse nacional, sendo a guerra total o principal entrave que deve ser evitado. Dentre os temas defendidos pelo Realismo, alguns deles, como a questão da segurança coletiva, oferecem alguma relação prática com o atual sistema político internacional, sendo possível sua aplicação para a interpretação da política externa de alguns países que, neste caso, foi contemplada uma análise da política externa venezuelana.

Muitos outros fatores, como a moral e a ideologia são levadas em consideração, uma vez que os discursos de Chávez contêm uma carga ideológica muito densa, remetendo sempre aos ideais de integração regional e libertação do “império” promovido pelos Estados Unidos. Ademais, esse comportamento influencia de forma significativa as relações da Venezuela com os seus vizinhos sul-americanos, como Brasil, Colômbia, Argentina, Equador, Bolívia, dentre outros.

A história não foi desconsiderada. Parte das características políticas e sociais presentes na Venezuela de hoje são resultado de um longo caminho percorrido através da

história do continente sul-americano, fatos tais que também foram partilhados por Brasil, Argentina e pela maioria dos países que atualmente possuem laços diplomáticos com o país bolivariano. O segundo capítulo discorre sobre esses fatos, trazendo alguns dados geopolíticos de importante consideração para o papel político e econômico que a Venezuela desempenha no panorama político e econômico mundial. O histórico das relações diplomáticas do país com seus vizinhos sul-americanos e parceiros comerciais também forma analisados.

Dentre esse quadro de relacionamentos, ultimamente, a Colômbia e os Estados Unidos são os casos que mais se tem noticiado. A mídia vem abordado, com uma relativa frequência, o quanto as relações diplomáticas venezuelanas com a Colômbia são conturbadas e a aproximação com Bolívia e Equador, cujos presidentes compartilham de seus ideais, acabam por criar constantes conflitos políticos na região. A Venezuela tenta obter um papel de líder regional, que já é ocupado por Brasil e Argentina, por meio da utilização de seus recursos naturais como ferramenta de barganha política.

Entretanto, a Venezuela, no início do Governo Chávez, vivenciou um período de forte instabilidade interna. Dentre todos os eventos conturbados protagonizados no país, as crises internas resultadas pela reestatização da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.); a greve geral que se seguiu e a tentativa de golpe de Estado sofrida por Chávez em 2002, são alguns dos exemplos de como a sua presença promoveu mudanças radicais na geopolítica da região. O terceiro detalha como ocorreu a chegada de Chávez à presidência, as fases que caracterizaram seu governo desde 1999 até 2007, os impactos que seus discursos distintos e ideologicamente carregados e a conduta adotada pelo mandatário venezuelano em algumas situações protagonizadas por ele, como o fechamento da rede privada de televisão RCTV, repercutiram aos demais países.

Ademais, o que deve ser considerado é como o debate gerado ao redor do polêmico Chávez acaba por demandar uma revisão dos conceitos políticos que foram adotados até hoje. Sua proposta de uma Revolução Bolivariana e a promoção de uma democracia participativa e protagônica dividem opiniões.

A última parte desta pesquisa convida a aplicar a teoria Realista nas Relações Internacionais para encontrar uma explicação satisfatória acerca das medidas empreendidas pela política externa venezuelana e como elas afetam as relações de poder entre os Estados. Os outros pontos abordados no decorrer deste estudo, como a história, economia, relações diplomáticas e muitos exemplos fornecidos pelos veículos de comunicação de alcance nacional e internacional são ferramentas fundamentais para corroborar o entendimento do principal objetivo proposto pela pesquisa em questão: como entender a política externa

adotada pelo Presidente venezuelano Hugo Chávez, à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais, tendo em vista a constante mudança que o sistema internacional vem sofrendo e como ela afeta as relações entre os Estados, sobretudo no que diz respeito ao continente sul-americano. Mas como entender o fenômeno Chávez?

Todavia, como foi observado durante a coleta de dados e informações para a estruturação deste estudo, ainda não existem estudos científicos que consigam responder a esse questionamento. Mas podem ser encontradas algumas visões que ajudam a clarear essa indagação. Se as relações internacionais mudam com o passar do tempo, agora não seria diferente. Por isso, muitos outros acontecimentos, não foram contabilizados nessa pesquisa, que demonstram o quanto o líder venezuelano, por causa de suas decisões consideradas radicais, acaba gerando desconforto ao debate político, pois, muitas vezes, como a mídia mostra, Chávez, apesar de afirmar ser adepto da democracia, não aplica plenamente esse conceito na prática, no que diz respeito aos demais governantes.

Um debate político começou e convidou toda a comunidade internacional a participar e a entender as mudanças que dele virão, e tenderá a estender-se por um longo tempo, pois, como é observar, muito ainda Chávez tem a oferecer ao cenário político internacional, mas isso só o tempo irá revelar.

BIBLIOGRAFIA

BRASLAUSKAS, Ligia. Veja o que causou o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela. **Folha Online**. São Paulo, 14 de abril de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Decisão sobre a adesão da Venezuela sairá em outubro**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/definida-data-para-decisao-sobre-adesao-da-venezuela-ao-mercosul/?searchterm=venezuela%20no%20mercosul>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

CANUTO, Jeisy Maria Ricarte e NOGUEIRA, Maria do Socorro. **A utilização da Imagem de Simon Bolívar por Hugo Chávez na Construção de uma Identidade Nacional para a Venezuela.** Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/socorro.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2007.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural.** Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Seguranca%20na%20America%20do%20Sul.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2008.

CERVO, Amado Luiz. **A Venezuela e seus vizinhos.** Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Amado%20Cervo.doc>>. Acesso em 12 de novembro de 2007.

CIA WORLD FACTBOOK. **Venezuela.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em: 30 de julho de 2008.

CHÁVEZ ameaça emissoras de TV e pede que povo defenda revolução. **Folha Online.** São Paulo, 20 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u51962.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

CHÁVEZ, Hugo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política.** “Acerca da grandíssima importância de um partido”. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 6, p. 202-228, abril/jun. 2007.

COMEÇA a greve nacional na Venezuela. **Folha Online,** Caracas, 10 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u34533.shtml>>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

CORREA alcança vantagem definitiva em eleições no Equador. **Folha Online.** Quito, 28 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102241.shtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

ENTENDA a crise entre Equador, Colômbia e Venezuela. **Folha Online**. São Paulo, 04 de março de 2008. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u378529.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

FAGUNDES, Márcio R. de Freitas e RODRIGUES, Ítalo. **Hugo Chávez está praticando uma nova forma de populismo?**. Disponível em:

<<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/marcio.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2008.

GOVERNO venezuelano comemora vitória de Morales na Bolívia. **Folha Online**. Caracas, 19 de dezembro de 2005. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90698.shtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**/ Martin Griffiths: tradução Vânia de Castro - São Paulo: Editora Contexto, 2004, p.11. Título original: *Fifty key thinkers in international relations*.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: ed. Martin Claret, 2005, p.95-100.

JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul – dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, Ano VIII, Nº 1/2007, p. 63-91, Maio 2007.

JOHNSON, Katherine. **Venezuela: Uma relação de alto risco? Manejo de Clientes Venezuelanos de Acordo com um Programa de Cumprimento Estável**. Disponível em:

<http://tendencias.infoamericas.com/search/article-pdf/2008/2008_074_Venezuela_A_High_Risk_Relationship_PORT.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

LANDER, Luis E. e MAYA, Margarida López. **Política Externa**: “Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?” São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, v. 15, n.4, p. 07-22, mar./abril/maio 2007.

MÁRQUEZ, Humberto. **Enfrentamento amplia seu cenário**. Disponível em: <<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=1500>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, caps. III, IX e XIV.

MENDÉZ Alejandro. Lavagna critica o “populismo” de Kirchner e interferência de Chávez no Mercosul. **Folha Online**, Buenos Aires, 27 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u340327.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MÉXICO reage a comentários de Hugo Chávez. **Folha Online**. Cidade do México, 18 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100172.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brazil Trade Net. **Como exportar: Venezuela**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXVenezuela.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2008.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR DEL DESPACHO DE LA PRESIDÊNCIA DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Dirección General de Gestión Comunicacional y la Dirección de Tecnología y Sistemas. **Historia**. Caracas, 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ve/venezuela_historia.html>. Acesso em 08 de outubro de 2008.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, caps. 1, 3-7, 11-17 e 24.

PÉREZ, Jesús Arnaldo. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Os venezuelanos e a sua democracia” Brasília, DF: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 1, p. 203-222, out./dez. 2004.

OURIQUES, Nildo. **Hugo Chávez e a “liberdade de imprensa”**. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/98_20070528_chavez.pdf>. Acesso em 03 de março de 2008.

RAMÍREZ, Carlos S. Luna. Eleições presidenciais na Venezuela 2006 – consolidação do projeto da “Revolução Bolivariana” e a reafirmação da oposição democrática. **Cadernos Adenauer**: Promessas e esperanças – eleições na América Latina 2006. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, ano VII, v. 7, n.4, p.103-115, out. 2006.

RAMÍREZ, Rafael. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**. “Plena soberania petrolífera”. Brasília, DF: Projeto Raúl Prebisch, n. 5, p. 182-190, jan./mar. 2007.

RODRIGUEZ, IZAÍAS. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**. “O Estado de direito e de justiça social no quando da Alternativa Bolivariana para a América e o Caribe – ALCA” Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 8, p. 220-230, out./dez. 2007.

ROMERO, Carlos A. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**: “Venezuela: de um sistema político a outro.” Brasília, DF: Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n. 2, p. 198-222, jan./mar. 2005.

SAPPER, Alexandre Neves. **O ideário bolivariano como construção ideológica do discurso de Hugo Chávez**. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_01757.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2008.

VALENTE, Leonardo e SANTORO, Maurício. **Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez**. Disponível em:

<http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Diplomacia_Midiatica_Governo_Chavez.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2007.

VENEZUELA. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. Chicago: Britannica Cooperate Site, 2008. Disponível em:

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/625197/Venezuela/219051/History#ref=ref407766&tab=active~checked%2Citems~checked&title=Venezuela%20%3A%3A%20History%20--%20Britannica%20Online%20Encyclopedia>>. Acesso em 08 de setembro de 2008.

WALLACE, Laura. **Carta de la Directora**. Fundo Monetário Internacional. Washington: 2003. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2003/09/pdf/letterfr.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**/ Kenneth N. Waltz; tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. – Lisboa: Editora Gradiva, 2002, caps 5, 6 e 7. Título original: *Theory of International Relations*.

A 19 ANOS do “Caracazo”: continua desperta a consciência de um povo. **Radio Nacional de Venezuela**. Caracas, 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=32&t=61759>>. Acesso em 02 de dezembro de 2008.

EX-PRESIDENTE Alan García vence eleições peruanas. **Folha Online**. São Paulo, 06 de junho de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96660.shtml>>. Acesso em 02 de dezembro de 2008.